

Revista **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 296
2017



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

1º Vice-Presidente

Maj Brig Int Altevo Volotão

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

www.caer.org.br
revista@caer.org.br



Expediente

Jan. a Abr.

2017



ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacustre

Cel Int Ricardo José Clemente

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Secretaria Geral

Cel Av João Carlos Gonçalves de Sousa

Patrimonial / Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Assessor Especial da Presidência, do Dep. Social e do Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Assessor Especial da 1ª Vice-Presidência / Departamentos Financeiro e Administrativo

Ten Cel Int Francisco Barbosa Cordeiro Neto

SEDE BARRA

Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Aerodesportivo

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Operações e Coordenador Técnico

Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores

Financeiro - Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Social - Cel Av Verner Menna Barreto Stock

Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº I

Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

Cel Av Manuel Cambeses Júnior

Jornalista João Victorino

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

João Victorino Ferreira

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Isis Ennes Pestana Santos

Gabriela da Hora Rangel

Ricardo Luiz Georgiadis Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



T-27 Tucano
Foto Sgt Johnson
Agência Força Aérea

Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista pela internet.

Índice

- 4** MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
- 6** NOTÍCIAS DO CAER
Redação
- 10** 80 ANOS DO HANGAR DO ZEPPELIN
Redação
- 12** A SAGA DO CAMPO DOS AFONSOS
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 14** FIDEL “PAREDÓN” CASTRO
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 16** UM EXEMPLO PARA O BRASIL
Reis Friede
Desembargador Federal
- 18** A EXPERIÊNCIA DA MULHER COMO PILOTO DE CAÇA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA
Brig Ar Teomar Fonseca Quirico
- 21** UM AMOR QUE NOS TRAGA FLORES
Cristina Biscaia
Poeta, Escritora e Roteirista
- 22** AS SOMBRAS NA CAVERNA
Marcio Tavares D'Amaral
Filósofo
- 24** CRISTIANISMO
A VITÓRIA DA INTELIGÊNCIA SOBRE O MUNDO DAS RELIGIÕES
Cardeal Ratzinger - Bento XVI
- 31** AQUELE CARA ERA PRETO!
Helio Carvalho Perez
Cel Av
- 34** MENTIRA
José Pereira Carneiro
Cel Av
- 38** DA GUERRA AO CIDADÃO-MILITAR
Araken Hipolito da Costa
Cel Av
- 40** VALENTIA OU RESPONSABILIDADE?
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
- 42** PERIGOS OCULTOS DAS MEDICAÇÕES CONTRA A AZIA
Maj Brig Méd Ricardo Luiz de G. Germano
- 44** RECIFE PERTO DE MIM
Frederico José Bérnago de Andrade
Cel Art Ex
- 46** ECONOMIA E SUPERMERCADO DE ESTILOS
Lu Catoira
Jornalista e Publicitária
- 48** VIAGEM AO RIO DAS MORTES
Alberto Murad
Cel Av



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente do Clube de Aeronáutica

Uma imagem vale mais que mil palavras. Este pensamento é bem conhecido, e realmente reflete a ideia de exibir esta foto aérea da Sede Barra do Clube de Aeronáutica, para mostrar a beleza da sua atual urbanização, com seu parque esportivo, seu campo de ultraleve, sua capela, seus salões sociais, tudo planejado e construído com o propósito de bem atender aos nossos associados.



NOTÍCIAS

ENCERRAMENTO DO

VII CURSO DO PENSAMENTO

No dia 29 de novembro de 2016, o VII Curso do Pensamento Brasileiro, atividade oferecida pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, teve seu último dia de apresentações e o encerramento oficial, com a diplomação de trinta e seis integrantes. Abrilhantando o fim do curso, quatro autoridades foram

convidadas a fazer parte da mesa oficial: Ten Brig Ar Ailton dos Santos Pohlmann, Diretor do INCAER (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica); Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, Presidente do Clube de Aeronáutica; Brig Ar Roberto Ferreira Pitrez, Comandante da Segunda Força Aérea (II FAE) e o embaixador Jerónimo Moscardo.

Ao final da entrega dos diplomas, o Ten Brig Ar Pohlmann deferiu algumas palavras elogiando de forma contundente o trabalho realizado pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, com seus programas



Da esq. para a dir., embaixador Jerónimo Moscardo; Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, Presidente do Clube de Aeronáutica; Ten Brig Ar Ailton dos Santos Pohlmann, Diretor do INCAER (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica); Brig Ar Roberto Ferreira Pitrez, Comandante da II FAE



Brig Vinicius e sua esposa D^a Regina



do CAER

BRASILEIRO

culturais e estudo especializado na formação da cultura da nação brasileira.

Após a diplomação ocorreu uma apresentação musical: a dupla João Victorino e Jurema Fontoura falaram sobre Antônio Carlos Gomes e Heitor Villa-Lobos, dois gigantes da música.

A dupla fez uma belíssima apresentação, com ideias originais usando trechos de canções dos compositores citados. Enquanto João Victorino dissertava sobre a história dos ilustres compositores, Jurema Fontoura mostrava suas habilidades no piano e fez uso de sua aveludada voz de soprano para cantar trechos das composições.

Ao fim da solenidade, todos foram convidados para o Salão de Festas Marechal do Ar Ivo Borges para um coquetel de encerramento do curso e das atividades culturais em 2016.



PROJETO CINE ASA

O Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica deu início a um novo projeto, com foco na cultura brasileira: o **Cine Asa**. Toda terça-feira, das 10 horas ao meio-dia, até o mês de agosto, é apresentado na Sala de Convenções um filme sobre a identidade brasileira e a cultura aeronáutica.

A proposta deste projeto é utilizar material audiovisual, como filmes e documentários, a fim de auxiliar os participantes a entenderem o que é ser brasileiro, o



CMG Mesiano e Ivanir apresentando o tema *Fatos históricos do pensamento Brasileiro*

amor à pátria e a cidadania, o que pode ser resumido nas seguintes perguntas: quem somos nós? Que nação é esta?

O objetivo é estimular nos participantes, por meio da arte do cinema, num processo de ensino e aprendizagem, o debate, a construção do conhecimento e o desenvolvimento da capacidade crítica em torno do pensamento brasileiro.

O projeto pode ser visto, também, como uma extensão do Curso do Pensamento Brasileiro, já que o assunto tratado e discutido pelos participantes é o mesmo do Curso oferecido pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica.

Essa atividade contribui certamente para ampliar a cultura, proporcionar momentos de lazer e fortalecer o conagração entre nossos associados.



LIVRE DECOLAGEM!

José Luiz Gatti

Comandante-de-Mar-e-Guerra

ex-cadete do ar, 57-025

Meu irmão, João Lúcio Gatti (*Jean Luci*), nasceu dois anos após o início da Segunda Guerra Mundial.

Eu tinha três anos e, ao fim daquele conflito, tendo acompanhado os acontecimentos pelo rádio e pelas revistas *Em Guarda* endereçadas ao nosso pai, oficial intendente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), já estava decidido: *quando crescer quero ser aviador, nasci para isso*.

Meu irmão ainda nem imaginava para o que servia um avião militar e era, sem saber, **um piloto de caça nato**.

O dia mais empolgante foi quando comparecemos à Base Aérea de Cumbica num *Dia do Aviador* e assistimos a uma eletrizante demonstração de ataque aéreo realizada por caças P-47, bombardeiros A-20 e NA T-6 armados.

Em 1953, levado pelo meu colega de internato, Roberto Pamplona, fui com vários outros colegas do Colégio Militar ao aniversário da Base Aérea de Santa Cruz, comandada naquela época pelo pai do Pamplona, que havia sido durante a guerra o oficial de operações do 1º Grupo de Caça, na Itália. Inaugurava-se a era dos jatos na FAB: os *Gloster Meteor*. Lá decidimos ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr, Barbacena, MG).

Em 1957, quando eu cursava o 1º ano aviador da Escola de Aeronáutica (Campos dos Afonsos), meu irmão, João Lúcio, seguindo meus passos, entrou, por sua vez, na EPCAr.

Em 1958, ao final do Estágio Primário, deixei a Escola de Aeronáutica e fiz concurso para a Escola Naval (EN). Já estava no 2º ano da EN quando João Lúcio, numa certa tarde, foi me procurar na Ilha de Villegaignon. Seus olhos brilhavam, e eu fui o primeiro da família a saber que ele tinha feito seu primeiro voo solo no Fokker.

Em 1961, eu já era guarda-marinha quando ele, numa sexta-feira, sabendo que eu havia economizado certa importância em dinheiro, pediu-me que lhe proporcionasse uma viagem a Porto Alegre, onde encontraria alguns amigos nossos que, procedentes de Catanduva (SP), participariam de uma grande festa.

No início neguei, pensando nos pneus que precisava comprar para o meu *Standard*



Vanguard 51, presenteado por nossos pais quando entrei para a Marinha. Entretanto tamanha era a vontade que ele tinha de ir para lá que eu não demorei a ceder. Ele foi. Ficou hospedado na Base Aérea de Canoas. Na segunda-feira bem cedo acordei com ele se preparando para voltar aos Afonsos.

— E aí, João, como foi a festa?

— Zé, foi cancelada!

— Cancelada? Fiquei sem os meus pneus por nada?

— Por nada não! Conheci Porto Alegre e a Base Aérea e me decidi: vou ser piloto de caça e servir lá.

Depois de se tornar *caçador* em Fortaleza, ele foi transferido para lá, onde se consolidou como piloto de caça e onde conheceu a Nara, com quem se casou em 1966.

Assim, meu irmão, que até ter vestido um macacão de voo, pela primeira vez, nunca tinha realizado um voo, ao se despedir dessa vida, após uma longa e sofrida enfermidade, no dia 14 de fevereiro deste ano, com quase 75 anos de idade, o fez usando o mesmo macacão que usou quando comandou o 1º/10º GAC, decolando desta vez para a eternidade, depois de uma gloriosa vida, tanto profissional como familiar.

À La chasse!

BUKO

Ronaldo Peixe Lima

Cel Av

peixelima@casaer.com.br

Alexandre Bukowitz, ou *Buko dos a jato*, o escocês voador, menino do Rio, *tesão que provoca arrepio*. Era assim que ele se autointitulava.

Grande figura, piloto de Caça puro sangue, dos melhores com quem tive o prazer de voar. Ainda tenentes, voamos juntos TF-33, Gloster F-8, AT-26 Xavante e F-103 Mirage. Como major, *Buko* foi ainda Oficial de Operações do 1º/4º GAv, em Fortaleza, voando AT-26 Xavante, e mais tarde comandou, como tenente-coronel, o 1º Grupo de Defesa Aérea, em Anápolis, pilotando mais uma vez os seus queridos F-103 Mirage.

Era engraçado, gozador, humor fino e inteligente, e tinha sempre uma sacada original. Nunca esqueci uma vez, quando o *Buko* respondeu a uma autoridade paisana que tentava dar um lance em cima de uma corriola do Grupo de Caça durante um evento. O cara deu uma de – *Você sabe com quem está falando?* – e o velho *Buko*, tenente ainda, e mais irreverente do que nunca, mandou: – Não sei não, mas o que o senhor é eu posso ser a qualquer momento, mas comandante da Esquadrilha de Ouro do Grupo de Caça o senhor não vai ser nunca!.

Esse era o *Buko*, demonstrando o orgulho de ser do piloto de Caça!

Nunca usava as platinas para comandar, pois sua postura tornava todos imediatamente cativos de sua personalidade e de sua liderança natural. Aonde chegava, naturalmente formava-se uma roda em torno dele, e o riso era uma constante, pois sempre



tinha alguma piada nova para contar. Suas camisas floridas e espalhafatosas davam o tom de sua personalidade.

Buko sobreviveu a dois acidentes graves: uma falha de motor no seu Xavante na final curta de Salvador obrigou-o a um pouso forçado antes da pista, que lhe custou apenas alguns arranhões e um nariz quebrado. Mais tarde, servindo no então Centro de Relações Públicas da Aeronáutica, em Brasília, fazia um voo de helicóptero – um Jet Ranger do GTE – com uma equipe de fotógrafos, quando novamente uma pane de motor obrigou o piloto a fazer um pouso forçado. Mais um acidente grave, e novamente ele se livrou com escoriações generalizadas e a coluna vertebral um pouco avariada.

O *Buko* só não conseguiu sobreviver a um câncer violento, contra o qual lutou durante nove meses com toda a sua coragem e todas as suas forças. Veio a falecer no dia 12 de janeiro, deixando muita tristeza entre seus familiares, seus amigos e entre diversas gerações de pilotos na FAB.

Enfim, estamos nas mãos das auto-

ridades lá de cima, que de vez em quando abrem as gavetas do velho arquivo metálico e resolvem acertar o efetivo aqui de baixo. Como o *Buko* dizia: – *Temos que estar sempre preparados para a grande passagem*.

Comparei ao seu velório em Brasília, que foi concorridíssimo. Perdi meu melhor amigo, e fiquei impressionado ao constatar que o *Buko* era também o melhor amigo de um monte de gente! Ele tinha essa capacidade...

O poeta Vinicius de Moraes escreveu em um de seus poemas: (...) *quem dos amigos o mais amigo, para estar no caixão comigo* (...), e eu confesso que não tive coragem de vê-lo no caixão, pois assim posso manter viva a imagem do velho *Buko*, sempre com aquele simpático sorriso no rosto.

Atendendo ao seu desejo, suas cinzas foram despejadas de um avião sobre o mar, no litoral do Rio de Janeiro.

Buko dos a jato deixou muitas estórias, que sem dúvida serão lembradas em cada reunião de pilotos de Caça. Onde estiver um piloto de Caça saboreando um Glenmorangie, o *Escocês Voador* estará presente.

MENSAGEM DOS LEITORES

Gen. Ex. Odilson Sampaio Benzi – Ministro do STM – reconhece a gentileza do envio da Revista nº 295, desejando êxito continuado na relevante e exigente missão.

Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto – Ministro do STM – agradece cordialmente o recebimento da edição nº 295 e parabeniza pelo empenho e esmero da publicação.

Artur Vidigal de Oliveira – Ministro do STM – elogia a gentil oferta da Revista Aeronáutica nº 295, cumprimentando pelas pertinentes e interessantes matérias publicadas.

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Ministro do STM – acusa o recebimento da edição nº 295 e elogia a primorosa apresentação gráfica.

Luiz Carlos Rodriguez Rodriguez – Cel Av – gratifica a publicação de seu artigo na edição nº 295 e parabeniza a equipe da redação por recuperar fotos antigas, como a que ilustrou seu artigo.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, estendendo nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.



Foto Sgt Batista/FAB

Para comemorar os 80 anos da chegada do Zeppelin ao Rio de Janeiro, o comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Cel Av Carlos Roberto Ronconi *comprou a ideia* imaginada pelo subcomandante Ten Cel Bruno Pedra, organizando uma série de festividades.

Primeiramente, num clima de absoluta inserção social, e fruto de uma exitosa parceria com a empresa Thyssenkrup – CSA promoveram uma cerimônia de casamento coletivo, onde 1660 pessoas puderam oficializar os seus matrimônios, por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que disponibilizou 28

juizes de paz. Sete mil pessoas estiveram presentes à solenidade.

No dia seguinte, o Hangar do Zeppelin abriu suas portas para um variado programa, que teve início com a bênção apostólica proferida pelo capelão, o 2º Ten Fábio. A seguir, os representantes do Pastor Christian apresentou uma mensagem bíblica e também uma música gospel.

O Ten Cel Pedra e equipe trouxeram para os visitantes uma exposição de painéis fotográficos que contava a história do Zeppelin desde 1936, bem como o Hangar feito em aço e considerado um dos mais preservados do mundo, que foi construído por uma empresa alemã e inaugurado pelo presidente da República, Getúlio Vargas.

Na oportunidade, também foi lançado o livro *Zeppelin no Céu* do Rio: Registro Histórico do Zeppelin no Rio de Janeiro, de autoria do historiador e escultor Jobson Figueiredo, com a colaboração de Igor Colares e Helton Cezário, que vieram de Pernambuco especialmente para o evento.

Dando continuidade, a Banda de Música da Base Aérea de Santa Cruz em inesperada união com a bateria da Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz, apresentou uma diversificada seleção de temas militares e populares, como *Tico Tico no Fubá*, *Vassourinha*, *Trenzinho Caipira*, *Aquarela do Brasil* e *Singing in the Rain*. A trilha sonora serviu de fundo musical para a história do Hangar, a



Casamento coletivo



Homenageados com a banda de música da BASC



DO ZEPPELIN

partir do projeto da *Luftschiffbau-Zeppelin GmbH*.

Por fim, o comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Cel Ronconi, homenageou dois personagens dos primórdios do Hangar: Sr. José dos Santos, atualmente com 90 anos (desde 1946 nos anais), e o centenário Sr. Alventino José de Souza (nascido em 5 de fevereiro de 1916).

Encerrando o dia, uma banda *cover* da lendária *Led Zeppelin* trouxe a modernidade musical para a festa que ficará para a história do Hangar.

Na lembrança de todos, a história desse marco e o término dos dirigíveis após a queda do Hindenburg, em Nova Jersey, em 1936, e a explosão da Segunda Guerra Mundial. Assim, o então Aeroporto

Bartolomeu de Gusmão foi extinto e surgiu a Base Aérea de Santa Cruz, que preservou o Hangar de 274 metros de comprimento, 58 metros de largura e outro tanto de altura.

O comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Cel Ronconi, ladeado pelo subcomandante, Ten Cel Pedra, e os componentes do Curso do Pensamento Brasileiro do CAER, em frente à escada do Zeppelin





A Saga do Campo

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

mcambesesjr@gmail.com

Berço da Aviação Militar brasileira, o legendário Campo dos Afonsos consolidou-se, através dos anos, como um verdadeiro santuário para pesquisadores da História da Aeronáutica brasileira.

A História nos permite recordar as inumeráveis ações de patriotas decididos e intrépidos precursores da Aviação brasileira, que não se intimidaram ante a magnitude do desconhecido, da limitação de recursos, nem aos constantes perigos de uma atividade aérea ainda no nascedouro, e que encararam o desafio como a grande obra de suas vidas, que foi a ativação do Campo dos Afonsos.

No início do século XX, um pugilo de notáveis brasileiros e bravos aviadores, movidos pelo nobre ideal de impulsionar a Aviação em nosso país, teve a benfazeja ideia de criar um local que viesse a alavancar a então incipiente atividade aérea no Brasil.

Em 1912, o Campo dos Afonsos iniciou a sua brilhante trajetória. Desde então, através dos tempos, por ali desfilaram emblemáticas aeronaves da era de ouro da Aviação: o Graf Zeppelin, o Arc-en-Ciel, os Blériot, os Boeing, os Waco, e os famosos P-47; ademais de célebres pilotos que se notabilizaram e se transformaram em verdadeiras lendas, como Ricardo Kirk, Edu Chaves, Saint-Exupéry, Jean Mermoz e Henri Guillaumet.

O período compreendido entre os anos de 1912 e 1931 foram de grande desenvolvimento para a Aviação brasileira, a partir do Campo dos Afonsos, pois as iniciativas pioneiras concernentes à formação de

pilotos e especialistas, além da ativação do Correio Aéreo Militar, deram, nesse sítio histórico, os primeiros e significativos passos.

Em realidade, Afonsos iniciara sua centenária trajetória aeronáutica sob o suor de seus valorosos e intrépidos homens, impulsionados pela chama viva do anseio que empolgava seus protagonistas, no sentido de participar intensamente do desenvolvimento da Aeronáutica brasileira, ademais de servir à Pátria até ao ato extremo, sacrificial da própria vida.

A História registra fatos marcantes envolvendo o Campo dos Afonsos, desde a sua criação. Em 1914, aviões partiram em direção à região do Contestado e engajaram-se em atividades bélicas, e, de forma direta, envolveram-se nos movimentos revolucionários de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935.

Em 29 de janeiro de 1919, é criada a



dos Afonsos

Escola de Aviação Militar sob a direção da Missão Militar Francesa de Aviação.

Em 21 de maio de 1931, foi criado o Grupo Misto de Aviação, sendo substituído, em 1933, pelo Primeiro Regimento de Aviação. Em 1937, o Oitavo Grupo de Aviação foi ativado em substituição ao Regimento.

Em 29 de julho de 1940, a Escola de Aviação Militar passa a designar-se Escola de Aviação do Exército.

Fato altamente significativo ocorreu em 12 de junho de 1931, quando a aeronave Curtiss Fledgling, de prefixo K-263, tripulada pelos jovens Tenentes Casimiro Montenegro Filho e Nelson Freire Lavenère-Wanderley, decolou do Campo dos Afonsos para uma viagem solitária com destino a São Paulo. O insólito voo foi o primeiro passo para a criação e consolidação do Correio Aéreo Militar no processo de integração nacional.

Nos últimos 105 anos, o Campo dos

Afonsos participou ativamente nas mudanças ocorridas na Aviação brasileira e contribuiu, decisivamente, para um novo período da História da Aviação que surgiu no Brasil, em 20 de janeiro de 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica. Em 25 de março do mesmo ano foi criada a Escola de Aeronáutica, utilizando-se das mesmas instalações da Escola de Aviação do Exército (antiga Escola de Aviação Militar), ali permanecendo até 1971, quando foi transferida para Pirassununga, com o nome de Academia da Força Aérea. Finalmente, em 1957, foi criada a Base Aérea dos Afonsos.

Por meio desta breve pesquisa histórica procuramos retratar alguns fragmentos da saga do Campo dos Afonsos, local impregnado de fantásticos acontecimentos que muito nos orgulham, e que marcaram, indelevelmente, a historiografia aeronáutica brasileira.

Desejamos que os edificantes exemplos legados pelos bravos e destemidos pioneiros – que deram o melhor de si, com obstinação e comovente denodo, para a materialização de um ardente ideal – sejam o farol a iluminar as novas gerações, no sentido de preservar a incolumidade desse notável patrimônio histórico-cultural, verdadeiro santuário da Aviação Militar brasileira.

Que as sábias palavras do insigne Brig Ar Henrique Raymundo Dyott Fontenelle ecoem por muito tempo nos corações e mentes dos brasileiros responsáveis pela preservação desse valioso sítio histórico, considerado sagrado por várias gerações de aviadores:

– Não deixeis apagar de vossa memória a nossa Escola, o seu velho, tradicional e já lendário Campo dos Afonsos, onde tanto sacrifício e tanto heroísmo tem sido imolado em holocausto ao mais belo e empolgante de todos os ideais – a Aviação ■

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Superior de Guerra - ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

igm@gandramartins.adv.br

FIDEL “PAREDÓN” CASTRO

Passada a emoção da morte do mais sanguinário ditador das Américas, que provocou as mais variadas manifestações de tristeza dos decadentes movimentos da esquerda mundial, mister se faz uma análise fria sobre os anos de chumbo, em que vivia e vive o povo cubano, que vêm se prolongando desde os fins da década de 50, quando Fidel assumiu o poder, na infeliz ilha caribenha.

O primeiro ponto a destacar é a falta de respeito aos direitos humanos. Brutalmente, foram fuzilados, ao estilo da era do terror da Revolução Francesa, sem julgamento e direito de defesa, milhares de cubanos, nos famosos *paredóns*. De 1792 a 1794, quando Robespierre assumiu o controle do governo francês, dezenas de milhares de pessoas foram guilhotinadas, condenadas por tribunais populares. Fidel substituiu as guilhotinas pelos *paredóns* e fuzilamentos em massa.

Naquela época, nos meus primeiros anos de advocacia, em que era ainda popular tomar-se a bebida denominada *Cuba Libre*, era hábito pedir-se nos bares *Cuba sem Fidel*, pois a ditadura lá se instalou desde os primeiros momentos.

Igor Gielow, comparando diversos arquivos de várias instituições e adotando aquele considerado o mais conservador, apresenta 7.326 mortos ou desaparecidos

nas prisões cubanas (quase 6.000 fuzilados em *paredóns*), não se incluindo nesse número os afogados nas tentativas de fuga da ilha, ou seja, 65 mortos por grupos de 100 mil habitantes. Pelos mesmos critérios, o Chile assassinou, sob Pinochet, 23,2 para cada 100 mil habitantes; o Paraguai, sob Stroessner, 10,4; o Uruguai 7,6; a Argentina 30,9; no regime militar, a Bolívia, 6,2; e o Brasil, 0,3. É de se lembrar que no período militar brasileiro foram mencionados pela *Comissão da Verdade*, 434 mortos ou desaparecidos, negando-se, aquela Comissão, a apurar as 129 mortes provocadas pelos guerrilheiros, algumas em atentados terroristas em locais públicos. Por isto, foi alcunhada de *Comissão da meia verdade*. É certo que a letalidade do Governo cubano caiu, sob o domínio de Raul Castro, havendo registro de 264 vítimas, de 2006 para cá (*Folha de S. Paulo*, 01/12/2016, p. A14).

O segundo aspecto a ser estudado, é o da liberdade. Em artigo que publiquei *O Neoescravagismo Cubano* (*Folha de S. Paulo*, 17/02/2014, p. A3), após ler o contrato dos médicos cubanos com o Governo brasileiro, nele encontrei cláusulas de proibição de receberem, no Brasil, qualquer visita, mesmo de parentes, sem que houvesse antes autorização de autoridades cubanas. Ficavam, por outro lado, com



apenas um quarto do salário e transferiam para o governo fidelista, três quartos. A ditadura mantinha, por garantia, seus familiares em Cuba, como reféns, para que voltassem àquela ilha, eliminando, assim, o eventual desejo de que pedissem asilo às autoridades brasileiras. Talvez nenhum símbolo seja tão atentatório à dignidade da pessoa humana, como os termos do referido contrato, aceito pelo governo da presidente Dilma sem discussão. Não sem razão, o presidente Lula disse ter perdido, com a morte de Fidel, *um irmão mais velho*; José Dirceu declarou, no passado, *ser mais cubano que brasileiro*; e Marco Aurélio Garcia afirmou que havia *mais democracia em Cuba que nos Estados Unidos*, num de seus costumeiros arroubos.

Quanto à Economia, os Castros conseguiram levar sua população à miséria, com salários inferiores à *bolsa família* para



a esmagadora maioria dela, independentemente da qualificação profissional. No momento em que ruíu o Império soviético e a ilha deixou de ser mantida economicamente pela Rússia, assim como quando desmoronou a equivocada economia venezuelana, com a perda de apoio do regime chavista – talvez Chávez ainda estivesse vivo, se tivesse se tratado em hospitais americanos e não cubanos – a economia do país, sem tecnologia, indústria de ponta e investimentos de expressão, viu-se e vê-se sem horizontes, implorando aos americanos, apoio para sobreviver, em um mundo cada vez mais competitivo.

Politicamente, em lugar de adotarem o modelo chinês, de uma esquerda política e uma direita econômica – o que permitiu à China pular de uma economia com PIB inferior ao do Brasil, no início dos anos 90, para a segunda economia do mundo, 20 e

poucos anos depois – continuaram num estilo menos estridente que o do tiranete Maduro, a defender o fracasso comprovado, em todos os espaços geográficos e períodos históricos, das teses marxistas, com o que o futuro da Ilha está dependendo ou da abertura democrática, ou do auxílio externo, pouco provável no mundo em que vivemos.

Fidel Castro instalou a mais longa ditadura das Américas, só possível por ser pequena a população de seu país e rígido o controle das pessoas, sem liberdade para pensar algo diferente do que pensam as classes dominantes.

Os saudosistas brasileiros de uma esquerda mergulhada no maior escândalo de corrupção da História do mundo, lamentaram a perda daquele ditador, cujo irmão, no poder, vê seu mais forte aliado, o incompetente Maduro, verdadeiro exterminador do futuro imediato da Venezuela,

mantendo-se à frente de seu governo, graças às decisões de um Poder Judiciário escolhido por um Parlamento derrotado, às vésperas de ser substituído, e que se tornou capacho do Executivo.

Friamente, examinando-se o período de domínio do tirano insular, há de se convir que sua figura para os historiadores que virão será a de líder cruel e sanguinário, cujo carisma oratório empolgou, todavia, toda uma geração de jovens, a qual acreditou que a melhor forma de combater as injustiças sociais não seria criar empregos e progresso, mas apropriar-se dos bens alheios, mesmo à custa da violência e da destruição dos valores democráticos.

Felizmente, esta ilusão começa a ser desfeita, em todos os continentes, pois as ideologias, corruptelas das ideias, não geram desenvolvimento, mas, apenas, decepção e sofrimento ■

UM EXEMPLO

Fala-se muito que o Judiciário brasileiro é lento, ineficiente e trabalha muito pouco; até porque seus juízes e demais funcionários cumprem jornada de meio expediente, além de terem um número ampliado de feriados durante o ano. Não há como negar a veracidade destas afirmações.

Entretanto a verdade é que o problema brasileiro não se restringe (lamentavelmente) apenas ao seu deficiente Poder Judiciário. É o Brasil, como um todo, que simplesmente não funciona.

Do setor público ao setor privado, nosso país parece continuar andando – seja em luxuosas charretes, seja em humildes jegues – em ritmo de (preguiçosas) tartarugas.

No dia 30 de dezembro de 2016, uma sexta-feira, todos os bancos fecharam. Foi a decretação de mais um feriado (informal) em nosso país. No dia 1º de janeiro, um domingo, como de praxe, era difícil achar um mero restaurante aberto no Rio de Janeiro, a principal capital turística brasileira.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, a nação mais rica do mundo, todos os bancos funcionaram normalmente durante todos os cinco dias da semana e todas as lojas, sem exceção, abriram em Orlando, uma das diversas cidades turísticas norte-americanas, embora se tratasse de um domingo e um (suposto) feriado.

A triste verdade é que o ano de 2017 já começou nos EUA (assim como na maioria dos países desenvolvidos do mundo) no dia 1º de janeiro, mas no Brasil, como de praxe, somente se iniciará depois do carnaval, ou seja, no dia 6 de março.

No país com o maior número de feriados do mundo (dentre os oficiais, oficiosos e emendados), a FIRJAN e a Fecomercio/SP já projetam, respectivamente, prejuízos da ordem de R\$ 66.8 bilhões para a indústria e R\$ 10.5 bilhões para o comércio, durante o ano de 2017.

Comparativamente, por meio de uma

análise superficial, ambos os países aparentam ser muito parecidos: o território dos EUA possui 9.3 milhões de quilômetros quadrados (o Brasil, 8.5 quilômetros quadrados); a população americana é de 320 milhões de habitantes (a brasileira, de 210 milhões); a primeira colônia britânica em território americano (a Virgínia) foi fundada em 1606 e, portanto, os EUA possuem 410 anos de existência (o Brasil 516 anos); a independência estadunidense ocorreu em 1776 (a brasileira, em 1822). As semelhanças, porém, terminam aqui. A economia norte-americana é (surpreendentemente) 10 vezes maior que a do Brasil (PIB de quase US\$20 trilhões *versus* um PIB de US\$1.77 trilhões) e os EUA se constituem em um país desenvolvido, ao passo que o Brasil, em uma nação (eternamente) em vias de desenvolvimento.

O segredo do (espantoso) sucesso dos Estados Unidos é simples: eles trabalham; e trabalham duro. Suas crianças são educadas para trabalhar desde os 14 anos e é muito raro existir algum adolescente no ensino médio ou jovem universitário que não trabalhe meio expediente, especialmente nas férias de verão. Situação muito diferente do Brasil em que os filhos da classe média somente estudam (quando o fazem) e os dos pobres apenas trabalham (quando encontram empregos) sem qualquer planejamento para o futuro.

Ademais, a paixão americana não é nem o futebol nem o carnaval. É a inovação e o empreendedorismo (ainda que também torçam por times de *baseball* e futebol americano). As maiores (e mais bem sucedidas) empresas do mundo possuem DNA americano e foram, em grande parte, concebidas em fundos de quintal (Nike, Apple, Microsoft etc.), sem qualquer ingerência estatal.

Aliás, a derrocada de Hillary Clinton, frente a Donald Trump, deveu-se muito mais ao seu discurso estadista (encarnando ideias quase bolivarianas de Bernie

Sanders, que somente podiam ecoar em mentes muito jovens e desconectadas com o mundo real) do que propriamente a qualquer outro fator isolado, até porque o povo estadunidense sempre surfou em ondas de liberdade (e do mercado) contra as amarras e tutelas do Estado. Algo muito diferente do Brasil, onde a mentalidade do povo oscila entre uma endêmica passividade e uma preocupante e pouco objetiva proatividade delegada (muitas vezes exteriorizadas por intermédio de desordeiras e inúteis passeatas), ancorada em uma persistente exigência de providências por parte do Estado (e de seus governantes) em lugar de uma salutar iniciativa privada.

E quando se fala em tempo, a América, como eles gostam de se autodenominar, tem pressa. O outrora prédio mais alto do mundo, o *Empire States*, foi construído, no início da década de 30, em apenas um ano, ao passo que no Brasil, da atualidade, obras (públicas e privadas), de muito menor complexidade, se eternizam anos a fio e, muitas vezes, se quer se concluem.

Dentre as principais descobertas do século XX, praticamente metade foi de responsabilidade de pessoas físicas ou de empresas americanas: o submarino (David Bushnell, 1775); a calça jeans (Jacob Davis, 1871); o telefone (Alexander Graham Bell, 1876); a lâmpada incandescente (Thomas Edison, 1879); o tênis (U. S. Rubber, 1892); o avião (Irmãos Wright, 1903); o fax (RCA, 1924); a energia nuclear (Chicago Pile-1, 1942); as armas atômicas (Manhattan Project, 1942); o relógio atômico (National Bureau of Standards, 1948); o relógio de pulso eletrônico (Hamilton, 1957); a fotocópia (XEROX, 1959); a internet (ARPANET, 1969); o Sistema de Posicionamento Global (GPS) – Global Positioning System (Governo dos EUA, 1973); o telefone celular (MOTOROLA, 1973); e a impressora 3D (Chuck Hull, 3D Systems Corporation, 1984).

E mesmo quando a invenção não foi de

PARA O BRASIL

autêntica origem estadunidense, a aplicação industrial foi determinada por técnica (ou tecnologia) genuinamente ianque, destacando a capacidade incontrastável dos EUA de transformar conhecimento teórico (próprio ou de terceiros) em aplicações práticas: pólvora (China, século IX), automóvel (Alemanha, 1886), rádio (Reino Unido, 1896), televisão (Reino Unido, 1926) etc.

No final do século XIX, a produção de petróleo norte-americana (representando metade da produção mundial, algo em torno de dois milhões de barris/dia) já era (incrivelmente) equivalente à atual produção de petróleo brasileiro (quase 120 anos depois), sendo certo que os EUA continuam ostentando, até hoje, a posição de maior produtor de petróleo do mundo (com uma produção de aproximadamente 11.6 milhões de barris/dia ou 13.2% da produção mundial).

Muito embora o Brasil se autointitule o celeiro do mundo, a agricultura estadunidense produziu, em 2016, a hiperbólica quantidade de 365 milhões de toneladas métricas apenas de um único cereal (o milho), valor superior a toda a produção agrícola nacional, no mesmo ano, de 210 milhões de toneladas de grãos.

Alex de Tocqueville, em 1835, ao escrever sua consagrada obra *De La Democratie en Amerique*, já previa um futuro brilhante para a maior democracia do mundo, irritando seus compatriotas franceses, ao também lembrar que a revolução americana (1776) havia sido anterior a revolução francesa (1789) e fonte de inspiração da mesma.

Ainda sobre o exercício democrático, vale lembrar que a Constituição americana foi a primeira Carta Política escrita e o primeiro documento legal a assegurar os direitos inerentes à pessoa humana, incluindo o direito a autodefesa. Nesse sentido, enquanto nos Estados Unidos a segunda emenda assegura que todo o cidadão possa comprar uma arma e andar armado, no

Brasil, o estatuto do desarmamento apenas permite que os bandidos possam fazê-lo. E não obstante toda a crítica que se possa fazer sobre a violência urbana norte-americana, os principais indicadores demonstram claramente que ela é infinitas vezes menor que a brasileira. E nem há que se falar sobre a impunidade que, ao contrário dos EUA, grassa no Brasil, incluindo a (absurda e incompreensível) impossibilidade de se condenar (efetivamente) um homicida com 17 anos 11 meses e 29 dias de idade, em contraposição à legislação norte-americana, que pune com extremo rigor os eufemisticamente chamados menores de idade.

E no quesito educação, as comparações podem soar grotescas, posto que das 100 melhores universidades do mundo, quase metade delas são norte-americanas, ao passo que não há uma única brasileira digna de constar no mencionado *ranking*.

Sem dúvida, estudo e trabalho árduo continuam sendo as fórmulas do sucesso não somente para os indivíduos, mas também para as nações.

Torçamos, portanto, para que o Brasil não perca as suas paixões, mas também adquira novas que possam, por meio do necessário trabalho duro, conduzir efetivamente nosso país à prosperidade (e ao desenvolvimento econômico e social) que seu povo tanto merece.

Que possamos, enfim, seguir um bom exemplo. ■





A experiência da MULHER COMO PILOTO DE CAÇA da Força Aérea Brasileira

Brig Ar Teomar Fonseca Quírico
Piloto de Caça – Turma 1970
teoquirico@gmail.com

Recentemente uma das mídias sociais publicou a declaração de uma capitão do Exército americano, em que ela manifestava, com veemência, a sua contrariedade em relação à presença da mulher na linha de combate.

Naturalmente isso suscitou comentários variados de amigos meus, dos mais diversos grupos aos quais pertenço, a quase totalidade deles concordando com

essa visão, trazendo para o universo da Força Aérea Brasileira (FAB) uma visão negativa do emprego da mulher em aviões de combate, mormente nos aviões de Caça.

Tenho acompanhado de perto pessoalmente essa experiência, haja vista que as três primeiras pilotos de Caça da FAB foram classificadas na Ala 12, antiga Base Aérea de Santa Cruz, duas delas no Esquadrão que comande.

Por diversas vezes pedi a essas oficiais que escrevessem de próprio punho os seus sentimentos a respeito, para que pudésse-

mos tornar pública essa experiência. A despeito disso jamais obtive sucesso (depois acabei entendendo o porquê disso!), a ponto de há algum tempo eu ter-me decidido a fazer uma entrevista didática com elas para produzir aquilo que eu desejava.

E assim foi feito. E lá se vai um bom par de anos, que a minha proverbial preguiça prevaleceu, acabando vencida somente por essas declarações recentes de meus amigos.

Lastreado na minha larga experiência de ter tido três irmãs, três filhas e três netas, busquei com elas uma orientação



especial sobre o que perguntar, para não fazer bobagem! Coisas a respeito do que elas têm de abdicar para seguir essa carreira; como pensam encaixar um filho na história; se percebem ser preciso fazer muito melhor do que os homens para ganharem o respeito dos seus pares; como surgiu a vontade de ser piloto de caça etc., foram algumas das sugestões. Entretanto pediram-me também para nunca, JAMAIS, perguntar sobre TPM, assim mesmo, com essa ênfase! E, por fim, acrescentaram uma pergunta derradeira sobre o que elas

sentiram ao apertar o gatilho dos canhões, com a observação: pergunta de homem (era meu genro que tinha a curiosidade!).

Só pelo tipo de perguntas sugeridas, já se percebe como funcionam a cabeça feminina e a masculina. E, entrevistando duas das nossas pilotos do Esquadrão Adelphi, que opera a aeronave A-1, além do comandante da Unidade e de outros pilotos de Caça do mesmo esquadrão, obtivemos, eu e o oficial de operações do meu tempo de comando, alguns comentários interessantes a respeito da experiência delas.

É importante notar que até hoje a Força Aérea já formou quatro pilotos de caça – três na primeira turma que admitiu mulheres como oficiais aviadores, e uma mais recentemente.

As três selecionadas nessa primeira turma conseguiram terminar com sucesso a formação de líder de esquadrilha de Caça nos esquadrões da Amazônia, voando a aeronave A-29 e realizando todas as missões de caça, como combate aéreo, tiro aéreo e ataque ao solo, dentre outras. Todas foram classificadas após a formação na Base Aérea de Santa Cruz, destinadas a voar os aviões da primeira linha da Caça. Uma foi classificada no 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAC), dotado de aeronaves F-5E/F, e, as demais, no 1º/16º Grupo de Aviação para voar o A-1.

Por questões operacionais, a oficial integrante do 1º GAC, após a conversão básica à aeronave concluída com sucesso, acabou afastada da Unidade (da Caça) e classificada em outro esquadrão da FAB, onde hoje é uma brilhante oficial aviadora.

As demais, voando A-1 no Esquadrão Adelphi, concluíram com sucesso todo o

leque de missões previstas para a conversão operacional na aeronave, sendo consideradas como pilotos prontos para o combate.

Uma delas foi escolhida, posteriormente, para ser ajudante de ordens do comandante da Aeronáutica. Com isso, foi transferida da Unidade e, atualmente, voa o avião que transporta as mais altas autoridades do país, dentre elas o presidente da República. A outra oficial, durante o curso de instrutor da aeronave A-1, apresentou problemas de saúde nas articulações, cuja origem não foi muito bem identificada, podendo ser até por estresse, e também foi transferida e classificada numa outra Unidade da área do Rio, onde também é uma brilhante oficial aviadora. Esta foi, inclusive, a piloto mais eficiente do esquadrão, na modalidade de bombardeio, num determinado ano!

A quarta e última piloto de Caça formada encontra-se hoje num esquadrão da Amazônia, voando A-29, tendo concluído com sucesso o Curso de Liderança de Esquadrilha e seguindo o desenvolvimento normal da carreira para futuras classificações em outras Unidades aéreas.

Da entrevista que fizemos com elas destaque, inicialmente, a surpresa que tiveram em relação à curiosidade dos homens em saber como elas se sentiam no dia-a-dia em um esquadrão de Caça. Na cabeça delas, elas eram iguais aos demais pilotos do esquadrão – recebiam as mesmas missões, tinham as mesmas exigências e executavam as mesmas manobras. Por que teriam de falar ou escrever algo se não havia nada de diferente?

Em relação à questão da gravidez, elas

declararam que, por metas pessoais, haviam de fato adiado o desejo de ter um filho. Uma delas mencionou que havia decidido subir uma montanha e agora que já estava praticamente no topo não iria desistir! Nada muito diferente da realidade das mulheres de hoje, que buscam em primeiro lugar realizar-se profissionalmente para depois pensar em constituir uma família.

Em relação aos próximos passos que imaginavam como sendo a realização operacional, gostariam de liderar uma missão tipo pacote, que possui um gerenciamento complexo e emprega um número expressivo de aeronaves de diversos tipos, numa operação internacional do tipo CRUZEX.

Conversando com o comandante das duas oficiais e com alguns outros pilotos do esquadrão, ficaram evidenciadas a total disponibilidade e capacidade demonstradas por elas para a realização de qualquer missão. Nenhum impeditivo quanto a limitações de carga G, nada em relação à escala de voo dependente de ciclo menstrual, ou mesmo em relação à limitação para alguma missão em especial. Elas eram tratadas e se desempenhavam exatamente da mesma forma que seus colegas do sexo masculino. Experiência prática vivida no esquadrão, sem elucubrações filosóficas! Entretanto vale a pena registrar o comentário desse comandante: – Acredito que após o nascimento de um filho, algumas características necessárias ao piloto de combate podem ficar comprometidas, mas sobre isso ainda não temos exemplo para averiguar. Vale salientar que a formação é realmente sem qualquer diferenciação e todas tiveram seus méritos e, pelo menos, foram precursoras e abriram portas e discussões sobre o tema.

Do bate-papo que tivemos com elas, o que depreendemos é que as eventuais limitações que uma mulher poderia ter como piloto de Caça, comparativamente a pilotos do sexo masculino, só existem na cabeça dos homens, e que os eventuais problemas que tiveram não são específicos das condições como mulher, considerando que os mesmos já aconteceram com pilotos do sexo masculino também.

Embora o resultado prático dessa experiência da FAB não tenha sido muito animador, afinal nenhuma das pilotos de Caça até agora formadas está em atividade na primeira linha e, tampouco, galgou, por variados motivos, todas as operacionalidades que as habilitariam por exemplo a comandar uma Unidade Aérea de Caça, o que se conclui é que não devemos admitir pilotos de Caça do sexo feminino apenas para sermos politicamente corretos; privilegiar de alguma forma a admissão, com a admissão de cotas, por exemplo; ou mesmo reduzir o nível de exigências, baixando a altura do sarrafo. Também não devemos, no entanto, interpor quaisquer outros tipos de avaliação além daquela exigida para os homens, apenas pelo fato de serem mulheres.

O que precisamos é de pilotos de

Caça, ou melhor, de pilotos de combate, os melhores possíveis, não importando para isso se são do sexo masculino ou feminino.

Por fim, tudo o que foi dito se refere apenas e tão-somente à experiência vivida por mulheres como pilotos de caça da Força Aérea Brasileira, da forma como eu senti, não sendo de nenhuma forma a posição oficial da Força. Além disso, longe de mim tecer qualquer comentário relativo a outro tipo de atividade em outra Força Armada. Cada uma tem a sua especificidade, embora, olhando sob o prisma feminino e seu potencial, e considerando que vai longe o tempo em que as mulheres professoras do ensino fundamental tinham o direito regulamentar de faltar três dias no mês, bastando para isso levar um atestado médico, eu diria que o céu é o limite! ■

Após ter finalizado o artigo acima, recebi os comentários de uma das pilotos de Caça da FAB que, pela pertinência e oportunidade, agrego agora para o conhecimento de todos.

Bom dia, Brigadeiro.

Primeiramente desculpas pela demora em responder. Vi o e-mail uns dias antes de começar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (que começou em 13 de fevereiro), e desde então não tenho tido tempo para nada (ainda mais com um bebê de um ano em casa... aí é que não sobra tempo mesmo (rsrs)... e queria analisar com calma para poder fazer uma boa crítica.

Achei o texto excelente. É notável a diferença de opinião entre quem realmente acompanhou todo o processo e de quem opina sem conhecer a história.

De todas as colocações, faço apenas uma ressalva, no parágrafo abaixo:

Embora o resultado prático da experiência da FAB não tenha sido muito animador, afinal nenhuma das pilotos de Caça até agora formadas está em atividade na primeira linha (...).

Preciso discordar de que a experiência não tenha sido animadora, porque o espaço amostral ainda é muito pequeno. Formamo-nos em 2006 e, desde então, somos apenas quatro, dentre quantos outros homens que passaram pelo mesmo processo nestes dez anos? Além do mais, o que aconteceu conosco acontece também, normalmente, com pilotos homens, então não vejo isso como uma coisa desanimadora... Vejo como normal.

Claro, se forem comparar dentro do universo feminino, três de três seria 100% das mulheres da Caça, que foram para a primeira linha, já não estão mais (rsrs)... mas é exatamente este tipo de comparação que não acho adequada, já que passamos por todo o processo igual aos homens. É mais justo que nosso destino também seja comparado com o deles, de maneira geral.

Creio ser interessante acrescentar que a Carla e a Fernanda também ganharam troféus em modalidades de emprego nas UAE. A única diferença é que foi enquanto voavam A-29. E eu completei 1.000 horas de Caça, em 2014. Acho interessante destacar, pois são marcas operacionais desejadas por qualquer piloto.

Mais uma vez me desculpe pela demora.

Espero ter contribuído; permaneço na escuta.

Respeitosamente,

Cap Daniele Lins.

Adelphi!!!

UM AMOR QUE NOS TRAGA FLORES

Cristina Biscaia

Poeta, escritora e roteirista

Estamos numa busca frenética pelo afeto pronto, pelo romance que se acerta logo de cara, por pessoas que sejam apenas a reprodução perfeita do nosso ego.

Nasci poeta, e ser poeta é ter o coração intenso, sentimentos à flor da pele e um romantismo que parece não caber mais no mundo atual. O romantismo virou um simples post no mundo virtual, onde as pessoas se tornaram catálogo de um amor de consumo, de satisfações imediatas, de prazeres efêmeros e vazios eternos. O cardápio de afeto virou uma refeição de fast food, que sacia, mas não nutre. Nessa roda-viva de pessoas, vamos trocando os parceiros na espera de que sejamos alimentados de amor. Não seremos.

Estamos famintos de amor, numa busca frenética pelo afeto pronto, pelo romance que se acerta logo de cara, por um namoro sem conflito, por pessoas que sejam apenas a reprodução perfeita do nosso ego, que se infla mais a cada dia nessa montanha-russa de selfies. Perdemos o olhar para o outro e para aquilo que ele traz e como pode nos complementar. Estamos perdendo a capacidade de amar porque, afinal, amar dá trabalho e nem todos estão dispostos a isso.

Vejo as pessoas se perdendo, mesmo se amando. Perdem-se para neuroses, para seus medos. Perdem-

-se para sua própria incapacidade de investigar a si próprias e a seus erros. Partir para outra é sempre mais fácil, mais excitante e prazeroso, mas significa continuar a se perder de si. Mas quem desconfia que está a se perder de si mesmo nessa roleta-russa do coração, que nos invade num deslizar de dedos e numa luz brilhante na tela?

O amor verdadeiro leva tempo, requer dedicação, cuidado, empenho, requer que a gente mantenha a doçura mesmo no mundo caótico em que vivemos. Precisa de romantismo, de pequenos gestos, como comprar o doce preferido ou acarajé que seu amor gosta de comer num domingo, esperar com a mesa posta para o jantar e vez por outra trazer flores. Sempre gostei de rimar amor e flor, sempre gostei de florir a casa para o amor ser colorido, ser mais bonito. Hoje sei que é de flores e festa que o amor precisa, é assim que se mantém a chama viva.

Quase perdi um amor. Quase me tornei uma consumidora desse cardápio de afeto fugaz, mas sou daquelas que acreditam e lutam para que o amor renasça com toda sua força, com toda sua beleza e cor. Conto os dias para que meu amor volte com os braços cobertos de flor e faça do seu abraço o meu abrigo. Meu sorriso de alegria dirá: casa comigo? ■



AS SOMBRAS

Os homens olhavam fixamente o fundo da caverna. Tudo de real no mundo estava lá. Não tinham a opção de olhar para os lados, de se virarem para a entrada. Estavam acorrentados naquela posição. Olhar o fundo da caverna, então, também não era uma escolha. Nem podiam pensar em fazer diferente. O que se passava lá no fundo era, portanto, a mais verdadeira realidade. Sem dúvida. Nada de se pôr em questão. Crença absoluta – o que se passava no fundo da caverna era um teatro de sombras.

É Platão quem nos conta essa história, no seu diálogo talvez mais famoso: A República. É uma alegoria sobre a educação. A alegoria da caverna, assim a conhecemos. O que ela diz é: acorrentados pela ignorância, os homens não aprendem a duvidar. E ficam satisfeitos com as sombras na parede, porque não sabem que são sombras. E, quando não se sabe, tudo bem. A ignorância basta.

A cena completa é desconhecida dos acorrentados: nas suas costas há uma fogueira; diante da fogueira objetos se movem: são eles que projetam suas sombras na parede. Mas há outra luz. Essa não está dentro da caverna. Vem de fora. A caverna, é claro, tem uma entrada. E, na entrada, a luz verdadeira cõa para dentro. Não ilumina o fundo da caverna. Para vê-la é preciso virar o corpo 180 graus. As correntes não deixam. A educação, que é a lida com a verdade, começa com um giro de 180 graus em relação à sombra. Para girar é preciso ter os movimentos livres. A verdade liberta, a educação constrói, porque as pessoas podem ser livres. Ter opções. Se não, a ignorância basta.

Um dia, um dos prisioneiros afrouxou as correntes e conseguiu se virar. E viu a luz. Viu que a fogueira era uma máquina de simulação. Que iluminava simulacros de coisas, artefatos. E projetava na pa-

rede uma realidade (realidade era, não era alucinação) de aparências, que não correspondia a coisas reais mesmo. Essas estavam provavelmente fora da caverna. Lá de onde vinha a luz. O homem largou suas amarras e saiu. E quase ficou cego.

A luz da verdade lhe pareceu cegante. Nunca tinha visto claridade tão pura, tão irradiante em todas as direções. Luz sem fundo, luz total. Procurou sua fonte e encontrou o sol. Não havia sol na parede da caverna. A bola de fogo o encantou. Quis olhar para ela e ela lhe tomou a visão inteira. Até que seu brilho resfriasse debaixo das suas pálpebras não viu mais nada. Ficou aterrorizado à ideia de ter perdido tão rápido essa boa luz. Mas recuperou a capacidade de ver coisas e descobriu que os homens da parede precisam aprender a olhar o sol. Ou ficam cegos. Aprender é um susto e um deleite. Porque somos ignorantes até para aprender, e enquanto aprendemos vamos nos deliciando com o progressivo, regrado e sábio aumento da claridade. Como quem tem muita sede, deseja matá-la e encontra alegria em beber: no fim do copo não há mais sede, e o prazer acaba junto com o desejo. É ruim quando se vive sem desejo, alegria e prazer. Por isso é preciso que aprendamos a aprender. Que o saber que se adquire vá aumentando a consciência de não saber. E a sede continue. E o prazer do copo d'água não acabe.



Ruim mesmo é estar satisfeito com as sombras, orgulhoso delas. Ainda pior é ficar tomado pela arrogância da luz. Quem tem a certeza do saber absoluto humilha os que não sabem. E, como não saber é o ponto de arrancada da vida, os donos da luz humilham a vida. Ai de quem humilha a vida! Melhor seria que fosse cego.

Existem os dois tipos de pessoas. As satisfeitas da ignorância e as orgulhosas do saber. Nenhuma delas procura. Umas,

NA CAVERNA

ET DILEXERVNT HOMINES MAGIS TENEBRAS QVAM LVCEM. IO. 3.19

ANTRVM PLATONICVM



porque não sabem que deveriam. As outras, porque julgam já terem encontrado, serem proprietárias da verdade. Entre essas pessoas não há conversa possível. Umas não entendem o que as outras dizem. E essas não aceitam que as outras possam não entender. Só pode ser loucura, pensam umas. As outras pensam: só pode ser má-fé. Entre elas nenhum sentido novo se estabelece, nenhuma suspeita de que haja outra coisa,

nem tanto isso nem tanto aquilo. Só se estende um silêncio enorme. Mas a vida é ruidosa. No silêncio da incomunicação a vida naufraga. Emudece.

A história de Platão continua. O homem que se livrou das correntes e viu a luz – até pôde espiar o sol na superfície dos lagos! – resolveu voltar à caverna e contar a verdade aos seus irmãos. Falou das sombras, das simulações. Da luz verdadeira. Foi morto. Via demais. Perturbava

a paz dos acomodados da ignorância. Não é um final feliz.

Atenas fez isso com Sócrates. Quando vejo o desgosto que tantos têm, hoje, em simplesmente se comunicarem, pergunto-me se os filósofos, místicos, poetas, músicos que escalei para barrarem a barbárie, não terão um dia um destino socrático. Depois penso que, se tiverem acendido alguns faróis, talvez nem seja esse o pior destino ■

CRISTIANISMO

A vitória da inteligência sobre o mundo das religiões

Cardeal Ratzinger - Bento XVI
Do livro *Ser cristão na era neopagã* - v. II (janeiro de 2000)



No dia 27 de novembro de 1999, o cardeal Ratzinger esteve na Universidade de Paris IV – Sorbonne, para um colóquio com o tema: *2000 ans après quoi? (2000 anos depois, o quê?).* O título original da conferência de Ratzinger era: *Verdade do Cristianismo.*

No final do segundo milênio, o cristianismo encontra-se na Europa justamente no lugar da sua difusão originária, em profunda crise, baseada na sua pretensão à verdade. Esta crise tem uma dupla dimensão: antes de tudo, perguntamo-nos cada vez com maior insistência se está certo, no fundo, aplicar a noção de verdade à religião. Em outros termos, se é consentido ao homem conhecer a verdade propriamente dita sobre Deus e as coisas divinas. O homem contemporâneo encontra-se muito melhor na parábola budista do elefante e dos cegos:

Certa vez, um rei da Índia do Norte reuniu num determinado lugar todos os habitantes cegos da cidade. Depois fez com que um elefante passasse na frente dos presentes. Deixou que alguns tocassem a cabeça, e disse: – Um elefante é assim. Outros puderam tocar a orelha ou a presa, a tromba, as costas, a pata, o traseiro, os pêlos do rabo. Depois disso o rei perguntou a cada um: – Como é um elefante? E segundo a parte que tinham tocado, respondiam: – É como um cesto trançado.; – É como um vaso.; – É como o cabo de um arado.; – É como um depósito.; – É como uma pilastra.; – É como um pilão.; – É como uma vassoura. Então, continua a parábola, começam a discutir, gritando: – O elefante é assim!; – Não, é assim!’. Brigaram uns com os outros, chegando até a trocar socos, para o grande divertimento do rei.

A disputa entre religiões, para os homens de hoje, é como esta disputa entre cegos de nascença, porque parece que, diante do mistério de Deus, somos todos cegos de nascença. Para o pensamento contemporâneo, o cristianismo não se encontra absolutamente numa situação mais favorável do que as outras, ao contrário: com a sua pretensão à verdade, parece estar particularmente cego diante do limite

de cada um dos nossos conhecimentos do divino, caracterizado por fanatismo particularmente insensato, que incorrigivelmente toma o todo pela porção tocada na sua própria experiência.

Este ceticismo generalizado para com a pretensão à verdade em matéria religiosa é ulteriormente apoiado pelas questões que a ciência moderna levantou com relação às origens e aos conteúdos do cristianismo. A teoria evolucionista parece ter superado a doutrina da criação, os conhecimentos relacionados à origem do homem parecem ter superado a doutrina do pecado original; a crítica exegética relativiza a figura de Jesus e coloca pontos de interrogação sobre a sua consciência filial; a origem da Igreja em Jesus parece duvidosa, e assim por diante. O fim da metafísica tornou problemático o fundamento filosófico do cristianismo, e os métodos históricos modernos colocaram suas bases históricas numa luz ambígua. Deste modo, é fácil reduzir os conteúdos cristãos a símbolos, não lhes atribuir qualquer verdade maior do que a dos mitos da História das religiões e considerá-los como uma modalidade de experiência religiosa que deveria se colocar humildemente lado a lado com as outras. Nesse sentido, pode-se ainda – ao que parece – continuar a permanecer cristãos. Servimo-nos sempre das formas expressivas do cristianismo, cuja pretensão, porém, é radicalmente transformada: a verdade – que foi para o homem uma força obrigante e uma promessa confiável, já se torna uma expressão cultural da sensibilidade religiosa geral, expressão que nos seria óbvia em razão da nossa origem européia.

No início deste século, Ernst Troeltsch formulou, filosófica e teologicamente, este retirar-se do cristianismo da sua pretensão originariamente universal, que podia fundamentar-se somente na pretensão à verdade. Ele tinha chegado à convicção

de que as culturas são insuperáveis e que a religião é ligada às culturas, portanto o cristianismo é somente o lado do rosto de Deus dirigido para a Europa. As *particulares características ligadas à cultura e às raças e as características das suas grandes formações religiosas que abrangem um contexto mais amplo* sobem ao nível de última instância: *Quem se arriscaria a formular juízos de valor realmente categóricos a propósito? É uma coisa que poderia ser feita somente pelo próprio Deus, ele que está na origem destas diferenças.* Um cego de nascença sabe que não nasceu para ser cego e conseqüentemente não desistirá de se interrogar sobre o porquê da sua cegueira e, também, sobre como sair dela. Só aparentemente o homem se resigna ao veredicto de ter nascido cego diante daquilo que lhe pertence, à única realidade que em última instância conta na nossa vida. A titânica tentativa de tomar posse do mundo inteiro, de obter da nossa vida e para a nossa vida todo o possível, mostra – assim como as explosões de um culto do êxtase, da transgressão e da destruição de si – que o homem não se satisfaz de um juízo deste tipo. Por que se não sabe de onde vem e por que existe, não acaba, talvez, por ser em todo o seu ser uma criatura falida? A despedida aparentemente indiferente à verdade sobre Deus e sobre a essência do nosso eu, a aparente satisfação por não ter mais de se ocupar com tudo isso, enganam. O homem não se pode resignar a ser e a ficar, quanto àquilo que é essencial, um cego de nascença. O abandono da verdade não pode nunca ser definitivo.

Dentro desta situação, torna-se necessário propor novamente a pergunta, já fora de moda, da verdade do cristianismo, por mais que, para muitos, possa parecer supérflua e insolúvel. Mas como? O certo é que, não temendo se expor, a teologia cristã deverá examinar atentamente as várias



instâncias que foram levantadas contra a pretensão do cristianismo à verdade nos campos da filosofia, das ciências naturais, da história natural. Entretanto por outro lado é preciso também que ela procure adquirir uma visão de conjunto do problema relacionado à essência autêntica do cristianismo, à sua colocação na História das religiões e o seu lugar na existência humana. Gostaria de dar um passo nesta direção, esclarecendo como, às suas origens no *kosmos* das religiões, o próprio cristianismo viu esta sua pretensão.

Que eu saiba, não existe qualquer texto do cristianismo antigo que coloque tantos esclarecimentos sobre a questão, quanto a discussão de Agostinho com a filosofia religiosa do *mais erudito dos romanos*, Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.). Varro partilhava a imagem estoica de Deus e do mundo; definiu Deus como *animam motu ac ratione mundum gubernantem* (a alma que dirige o mundo por meio do movimento e da razão), em outros termos, como a alma do mundo que os gregos chamam *kosmos*: *hunc ipsum mundum esse deum*. Esta alma do mundo, todavia, não recebe culto. Não é objeto de *religio*. Em outras palavras: verdade e religião, conhecimento racional e ordem cultural, situam-se em dois planos totalmente diferentes. A ordem cultural, o mundo concreto da religião, não pertence à ordem da *res*, da realidade como tal, mas a dos *mores* – dos costumes. Não foram os deuses que criaram o Estado, foi o Estado que instituiu os deuses, cuja veneração é essencial para a ordem do Estado e para o bom comportamento dos cidadãos. A religião é, na sua essência, um fenômeno político. Assim, Varro distingue três tipos de *teologia*, entendendo por teologia a *ratio quae de diis explicatur* – poderíamos traduzir como a compreensão e a explicação do divino. Elas são a *theologia mythica*, a *theologia civilis* e a *theologia naturalis*. Então, ele explica por meio de quatro definições o que se deve entender por essas *teologias*. A primeira definição faz referência aos três teólogos associados a estas três teologias: os teólogos da teologia

mítica são os poetas, porque compuseram cantos sobre os deuses e assim são cantores das divindades.

Os teólogos da teologia física (natural) são os filósofos, ou seja, os eruditos, os pensadores, que, indo além dos hábitos, se interrogam sobre a realidade, sobre a verdade; os teólogos da teologia civil são os *povos*, que escolheram não se aliarem aos filósofos (à verdade), mas aos poetas, às suas visões poéticas, enfim, às suas imagens e figuras.

A segunda definição se refere aos lugares que, na realidade, estão associados a cada uma das teologias. À teologia mítica corresponde o teatro, que realmente tinha um nível religioso, cultural; segundo a opinião comum, os espetáculos haviam sido instituídos em Roma por ordem dos deuses. A teologia política corresponde a *urbs*. E o espaço da teologia natural seria o *kosmos*.

A terceira definição designa o conteúdo das três teologias: a teologia mítica teria como conteúdo as fábulas sobre os deuses criadas pelos poetas; a teologia de Estado, o culto; a teologia natural responderia à pergunta sobre quem são os deuses. Agora vale a pena prestar um pouco mais atenção: *Se – como em Heráclito – eles [os deuses] são feitos de fogo ou – como em Pitágoras – de números, ou – como em Epicuro – de átomos, e outras coisas, ainda que os ouvidos possam suportar mais facilmente no interior das muralhas escolásticas do que fora, nas praças públicas*, deriva com absoluta clareza que esta teologia natural é uma desmitologização, ou melhor, uma racionalidade, que olha criticamente o que há por trás da aparência mítica e a dissolve por meio do conhecimento científico natural. Culto e conhecimento ficam separados um do outro. O culto resta necessário somente enquanto for uma questão de utilidade política; o conhecimento tem um efeito destruidor sobre a religião, portanto não deveria ser colocado em praça pública.

Enfim, há a quarta definição. De que tipo de realidade é constituído o conteúdo das várias teologias? A resposta de Varro

é esta: a teologia natural trata da *natureza dos deuses* (que de fato não existem), as outras duas teologias tratam das *divina instituta hominum* – das instituições divinas dos homens. Como consequência, toda a diferença se reduz à que existe entre a física no seu significado antigo e a religião cultural por outro lado. *A teologia civil não tem, em última análise, nenhum deus, mas somente a 'religião'; a 'teologia natural' não tem religião, mas somente divindade*. Certamente não pode existir nenhuma religião, porque ao seu deus (fogo, números, átomos) não se pode ser dirigida a palavra em termos religiosos. Assim, a *religio* – termo que designa essencialmente o culto – e a realidade, o conhecimento racional do real, configuram-se como duas esferas separadas, uma ao lado da outra. A *religio* não traz a sua justificação da realidade do divino, mas da sua função política. É uma instituição da qual o Estado tem necessidade para a sua existência.

Sem dúvida, encontramos-nos aqui diante de uma fase tardia da religião, na qual foi infringida a ingenuidade do comportamento religioso, e, portanto, é causada a sua dissolução. Entretanto a essencial ligação da religião com a realidade estatal torna-se decididamente muito mais profunda. O culto é, em última instância, uma ordem positiva que como tal não pode ser igualado ao problema da verdade. Enquanto Varro – em um tempo em que a função política da religião era ainda suficientemente forte para justificá-la como tal – podia defender uma concepção um tanto crua da racionalidade e da ausência de verdade do culto motivado politicamente, o neoplatonismo logo procuraria um outro caminho para sair da crise, o mesmo que o imperador Juliano baseou o seu esforço para restabelecer a religião romana de Estado.

Aquilo que os poetas dizem são imagens que não devem ser entendidas fisicamente; mas são, de qualquer modo, imagens que exprimem aquilo que é inexprimível para todos os homens, aos quais a via mestra da união mística está bloqueada.

Embora não sejam verdadeiras em si, justificam-se como abordagens a alguma coisa que deve permanecer inexprimível.

Com isso já antecipamos algo do que diremos. A posição neoplatônica, de fato, por seu lado, já é uma reação contra a tomada de posição cristã sobre o problema da fundação cristã do culto e do lugar da fé que está na sua base, na tipologia das religiões. Voltamos, portanto, a Agostinho. Em que lugar ele situa o cristianismo na tríade varroniana das religiões? O que surpreende é que, sem a menor hesitação, Agostinho atribui ao cristianismo o seu lugar no âmbito da *teologia física*, no âmbito da racionalidade filosófica. Deste modo, se encontra em perfeita continuidade com os primeiros teólogos do cristianismo, os Apologistas do século II, e também com a posição que Paulo determina ao cristianismo no primeiro capítulo da Carta aos Romanos, que, segundo ele, baseia-se na teologia vetero-testamentária da Sabedoria, e remonta, além dela, até aos Salmos que zombam dos deuses. O cristianismo tem, nessa perspectiva, os seus precursores e a sua preparação na racionalidade filosófica, não nas religiões. O cristianismo não é absolutamente baseado, segundo Agostinho e a tradição bíblica que para ele é normativa, em imagens e pressentimentos míticos, cuja justificação se encontra ultimamente na sua utilidade política, mas apela-se, ao contrário, ao divino, que pode ser percebido pela análise racional da realidade. Em outros termos: Agostinho identifica o monoteísmo bíblico com as concepções filosóficas sobre a fundação do mundo, que se formaram segundo diversas variantes, na filosofia antiga. É isto o que se entende quando o cristianismo, a partir do discurso paulino do Areópago, apresenta-se como a pretensão de ser a verdadeira religião. Isso significa que a fé cristã não se baseia na poesia e nem na política – essas duas grandes fontes da religião; mas se baseia no conhecimento; venera aquele Ser que está no fundamento de tudo o que existe: o *verdadeiro Deus*. No cristianismo, a racionalidade tornou-se religião e não mais a

sua adversária. Para que isso acontecesse, para que o cristianismo se compreendesse como a vitória da desmitologização, a vitória do conhecimento – e com ela a vitória da verdade – era preciso necessariamente considerar-se universal e ser levado a todos os povos: não como uma religião específica que reprime as outras graças a uma espécie de imperialismo religioso, mas como a verdade que torna supérflua a aparência. E é justamente isso que na vasta tolerância dos politeísmos devia aparecer necessariamente intolerável, até mesmo como inimigo da religião, como *ateísmo*. Não se fundava sobre a relatividade e sobre a convertibilidade das imagens, por isso disturbava, principalmente, a utilidade política das religiões, e, assim, colocava em perigo os fundamentos do Estado, no qual não queria ser uma religião entre as outras, mas a vitória da inteligência sobre o mundo das religiões.

Por outro lado, a essa posição do cristianismo no *kosmos* de religião e filosofia remonta também a força de penetração do cristianismo. Já antes do início da missão cristã, alguns círculos cultos da antiguidade tinham procurado na figura do *temente a Deus* o nexo com a fé judaica, que parecia a eles uma figura religiosa do monoteísmo filosófico correspondente às exigências da razão e, ao mesmo tempo, à necessidade religiosa do homem. Necessidade esta que a filosofia sozinha não podia responder: não se reza a um deus somente pensado. Ao contrário, quando o Deus encontrado pelo pensamento se deixa encontrar no coração da religião como um Deus que fala e age, o pensamento e a fé são reconciliados. Neste nexo com a sinagoga, havia ainda alguma que não satisfazia: o não judeu, de fato, continuava sempre um estranho, não podia nunca chegar a uma total pertença. Este problema foi resolvido no cristianismo com a figura de Cristo, assim como a interpretou Paulo. Então, somente o monoteísmo religioso do judaísmo tornou-se universal, e, portanto, a unidade entre pensamento e fé, a *religio vera* tinha se tornado acessível a todos.

Justino o filósofo, Justino o mártir (167), pode servir como figura sintomática deste acesso ao cristianismo: estudara todas as filosofias e no final reconhecera no cristianismo a *vera philosophia*. Era convicto de que, tornando-se cristão, não teria renegado a filosofia, mas que somente a partir desse momento tornar-se-ia verdadeiro filósofo. A convicção de que o cristianismo fosse uma filosofia, a filosofia perfeita, aquela que pôde penetrar até à verdade, permaneceria por muito tempo mesmo depois da época patrística – ainda era absolutamente atual no século XIV na teologia bizantina de Nicolas Cabasilas. Claro, a filosofia não era compreendida como uma disciplina acadêmica de natureza puramente teórica, mas, também, e principalmente, no plano prático, como a arte do bem viver e do bem morrer, que, todavia, pode acontecer somente à luz da verdade.

A união da racionalidade e da fé, que se realizou no desenvolvimento da missão cristã e na construção da teologia cristã, levou, porém, decisivos corretivos à imagem filosófica de deus, dos quais principalmente dois devem ser mencionados. O primeiro consiste no fato de que o Deus em quem os cristãos crêem e que veneram, ao contrário dos míticos e políticos, é realmente *natura Deus*; nisso satisfaz as exigências da racionalidade filosófica. Entretanto ao mesmo tempo vale o outro aspecto: *non tamen omnis natura est Deus* – não tudo aquilo que é natureza é Deus. Deus é Deus por sua natureza, mas a natureza como tal, não é Deus. Cria-se uma separação entre a natureza universal e o Ser que a fundamenta, que dá a sua origem. Somente então a física e a metafísica chegam a uma clara distinção uma da outra. Somente o verdadeiro Deus, que por meio do pensamento podemos reconhecer na natureza, é objeto de oração. Porém, é mais do que a natureza: precede-a, pois a natureza é a sua criatura. A esta separação entre natureza e Deus, acrescenta-se uma segunda descoberta, ainda mais decisiva: tínhamos constatado que o deus, a natu-





reza, a alma do mundo ou qualquer outra coisa não podia ser rezada; não era um *deus religioso*. Agora, e é o que já diz a fé do Antigo Testamento e mais ainda a do Novo Testamento, aquele Deus que precede a natureza dirigiu-se aos para os homens. Não é um Deus silencioso, justamente porque não é somente natureza. Entrou na História, veio ao encontro do homem, e, assim, agora, o homem pode encontrá-lo, pode-se ligar a Deus, pois Deus ligou-se ao homem. As duas dimensões da religião, que sempre estiveram separadas uma da outra, a natureza eternamente dominadora e a necessidade de salvação do homem que sofre e luta, estão ligadas uma a outra. A racionalidade pode se tornar religião, porque o Deus da racionalidade, ele próprio, entrou na religião. O elemento que a fé reivindica como próprio, a Palavra histórica de Deus, é, de fato, o pressuposto para que a religião possa dirigir-se ao deus filosófico, que não é mais um deus puramente filosófico e que nem mesmo repugna ao conhecimento da filosofia, mas o assume. Aqui se manifesta uma coisa estupefaciente: os dois princípios fundamentais do cristianismo aparentemente em contraste – a ligação à metafísica e a ligação à História, condicionam-se e relacionam-se entre si; constituem, juntos, a apologia do cristianismo como *religio vera*.

Portanto, se podemos dizer que a vitória do cristianismo sobre as religiões pagãs foi possível não como última condição, pela sua pretensão à razoabilidade, é preciso acrescentar que a isso está ligado um segundo motivo da mesma importância. Consiste, principalmente, dizendo de um modo absolutamente geral, na seriedade moral do cristianismo, característica que, de resto, Paulo também já tinha colocado em relação com a racionalidade da fé cristã: aquilo a que, no fundo, tende a lei, as exigências essenciais colocadas à luz pela fé cristã, de um Deus único para a vida do homem, corresponde àquilo que o homem – cada homem – traz escrito no coração, de modo que, quando se apresenta a ele, o reconhece como Bem. Corresponde àquilo

que é *bom por natureza*. A alusão à moral estoica, à sua interpretação ética da natureza, está presente aqui tanto quanto em outros textos paulinos, como por exemplo, na Carta aos Filipenses: *Ocupai-vos com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso ou que de qualquer modo mereça louvor*.

Assim, a fundamental (embora crítica) unidade com a racionalidade filosófica, presente na noção de Deus, confirma-se e concretiza-se agora na unidade, também ela crítica, com a moral filosófica. Portanto, no campo do religioso, o cristianismo superava os limites de uma escola de sabedoria filosófica justamente pelo fato de que o Deus pensado deixava-se encontrar como um Deus vivo. Aqui houve uma superação da teoria ética em uma *práxis* moral, comunitariamente vivida e feita concreta, na qual a perspectiva filosófica era transposta na ação real, em particular graças ao concentrar toda a moral no duplo mandamento do amor de Deus e do próximo. O cristianismo, poder-se-ia dizer simplificando, convencia graças ao vínculo da fé com a razão, e graças à orientação da ação para a *caritas*, o amoroso cuidado dos sofredores, dos pobres, dos fracos, além de qualquer diferença de condição. Que a força íntima do cristianismo fosse essa, pode-se ver, com segurança e clareza, pelo modo com o qual o imperador Juliano procurou restabelecer o paganismo sob uma forma renovada. Ele, o *pontifex maximus* da restabelecida religião dos antigos deuses, começou a instituir, coisa que jamais havia existido, uma hierarquia pagã, feita de sacerdotes e metropolitas. Os sacerdotes deviam ser exemplos de moralidade; deviam dedicar-se ao amor de deus (a divindade suprema entre os deuses) e do próximo. Eram obrigados a realizar atos de caridade para com os pobres, não lhes era mais permitido ler comédias licenciosas e os romances eróticos, e deviam pregar nos dias de festa sobre um tema filosófico para instruir e formar o povo. Teresio Bosco, com relação a isso, diz corretamente que, na realidade, o imperador não procurava

deste modo o restabelecimento do paganismo, mas a sua cristianização – numa síntese limitada ao culto dos deuses, de racionalidade e religião.

Voltando o olhar para trás, podemos dizer que a força que transformou o cristianismo numa religião mundial consistiu na sua síntese entre razão, fé e vida; é precisamente esta síntese que está resumida na expressão *religio vera*. E com maior razão impõe-se então a pergunta: por que, hoje, esta síntese não convence mais? Por que atualmente a racionalidade e o cristianismo são, ao contrário, considerados contraditórios e até mesmo reciprocamente exclusivos? O que mudou na racionalidade? O que mudou no cristianismo?

Certa vez o neoplatonismo – em particular Porfírio – opusera à síntese cristã uma outra interpretação da relação entre filosofia e religião, uma interpretação que pretendia ser uma refundação filosófica da religião politeísta. Hoje, é justamente esse modo de harmonizar a religião e a racionalidade, que parece se impor como a forma de religiosidade adequada à consciência moderna.

Assim, Porfírio formula a sua primeira idéia fundamental: *Latet omne verum – a verdade está escondida*. Lembremo-nos da parábola do elefante, marcada exatamente por aquela concepção com a qual o budismo e o neoplatonismo se encontram – na base à qual não há nenhuma certeza sobre a verdade, sobre Deus, mas apenas opiniões. Na crise de Roma, no final do século IV, o senador Símaco – imagem especular de Varro e da sua teoria da religião – reconduziu a concepção neoplatônica a algumas fórmulas simples e pragmáticas, que podemos encontrar no discurso pronunciado em 384 diante do imperador Valentiniano II, em defesa do paganismo e em favor da recolocação da deusa Vitória no Senado de Roma. Cito apenas a frase decisiva, que se tornou célebre: *O que nós todos veneramos é a mesma coisa, uma só a que pensamos, é um único céu que está acima de nós, é um mesmo mundo que nos circunda; que importância têm os*

diversos tipos de sabedoria por intermédio dos quais cada um busca a verdade? Não se pode chegar em um mistério tão grande por uma única via.

É exatamente isso que sustenta hoje a racionalidade: a verdade enquanto tal não a conhecemos; nas imagens mais diversas, no fundo, miramos a mesma coisa. Mistério, tão grande mistério, o divino não pode ser reduzido a uma só figura que exclui todas as outras, a um único caminho que vincule a todos. Existem muitos caminhos, existem muitas imagens, todas refletem alguma coisa do todo, e nenhuma delas o todo. O *ethos* da tolerância pertence a quem reconhece em cada uma delas a parte de verdade, a quem não coloca a sua mais alto do que as outras e se insere tranquilamente na sinfonia multiforme do eterno inacessível. Esse, na realidade, esconde-se por detrás dos símbolos, mas estes símbolos parecem ser a nossa única possibilidade de chegar, de certa maneira, à divindade.

A pretensão do cristianismo de ser a *religio vera* estaria, então, superada pelo progresso da racionalidade? É, portanto, forçado a abaixar as próprias pretensões e a inserir-se na visão neoplatônica – ou budista ou hindu – da verdade e do símbolo, a contentar-se, como tinha proposto Ernst Troeltsch, em mostrar, da face de Deus, a parte voltada para a Europa? Deve-se, talvez, dar um passo a mais do que Troeltsch, que ainda considerava o cristianismo a religião adequada à Europa, levando em conta o fato de que, atualmente, a própria Europa tenha dúvidas disso? Esta é a verdadeira questão à qual a Igreja e a teologia devem, hoje, fazer frente. Todas as crises no interior do cristianismo, que observamos no momento, baseiam-se, de fato, só secundariamente em problemas institucionais.

Os problemas das instituições, assim como das pessoas na Igreja, derivam em última instância desta questão, e do enorme peso que ela tem. Ninguém poderá esperar, no final do segundo milênio cristão, que essa provocação fundamental

encontre, mesmo que de longe, resposta definitiva numa conferência. Não pode absolutamente encontrar respostas puramente teóricas, assim como a religião, como atitude última do homem, nunca é somente teoria. Exige a combinação de conhecimento e de ação, sobre a qual tinha se fundamentado a força persuasiva do cristianismo dos Padres.

Isso não significa de modo algum que se possa subtrair à urgência que o problema tem do ponto de vista intelectual, remetendo à necessidade da prática. Buscarei, para concluir, apenas abrir uma perspectiva que poderia indicar a direção. Vimos que a originária unidade relacional, jamais completamente adquirida, porém, entre racionalidade e fé, à qual, enfim, Tomás de Aquino deu uma forma sistemática, foi dilacerada menos pelo desenvolvimento da fé do que pelos novos progressos da racionalidade. Como etapas dessa mútua separação, poderiam ser citados Descartes, Espinosa, Kant. A nova síntese global tentada por Hegel não restituiu à fé o seu lugar filosófico, mas tende a convertê-la em razão e eliminá-la como fé. A esta *absolutização* do espírito, Marx opõe a unicidade da matéria; então a filosofia deve ser completamente reconduzida à ciência exata. Somente o exato conhecimento científico é conhecimento. Assim é dispensada a idéia do divino.

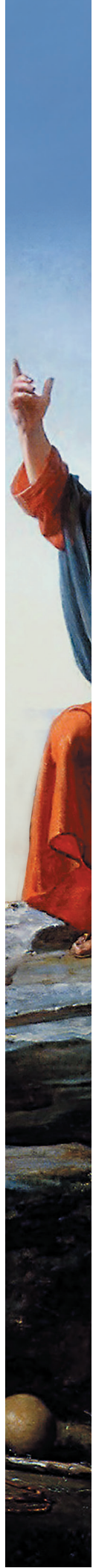
As profecias de Auguste Comte, que disse que um dia haveria uma física do homem e que as grandes perguntas até então deixadas à metafísica, no futuro, seriam tratadas *positivamente* como tudo aquilo que hoje já é ciência positiva, deixaram um impressionante eco no nosso século, nas ciências humanas. A separação entre a física e a metafísica operada pelo pensamento cristão está cada vez mais abandonada. Tudo deve tornar a ser *física*.

A teoria evolucionista foi se cristalizando como o caminho para fazer com que desaparecesse definitivamente a metafísica, para tornar supérflua a *hipótese de Deus* (Laplace) e formular uma explicação do mundo estritamente

científica. Uma teoria evolucionista que explique de modo global o conjunto de todo o real, tornou-se uma espécie de *filosofia primeira* que representa, por assim dizer, o fundamento da compreensão racional do mundo. Toda tentativa de pôr em jogo causas diferentes das que uma teoria *positiva* elabora, toda tentativa de *metafísica* parece, necessariamente, como uma recaída aquém da razão, um rebaixamento da pretensão universal da ciência. Mesmo a ideia cristã de Deus é necessariamente considerada não-científica. A essa ideia não corresponde mais nenhuma *theologia physica*: a única *theologia naturalis* é, nesta visão, a doutrina evolucionista, que realmente não conhece nenhum Deus, nenhum Criador no sentido do cristianismo (do judaísmo e do islamismo), nem alguma alma do mundo ou dinamismo interior no sentido do estoicismo. Eventualmente, poder-se-ia, no sentido budista, considerar o mundo inteiro como uma aparência, e o nada, como a autêntica realidade, e justificar neste sentido as formas místicas de religião que ao menos não estão em direta concorrência com a razão.

Fica assim dita a última palavra? A razão e o cristianismo ficam assim definitivamente separados? Estejam as coisas como estiverem, não é discutido o alcance da doutrina evolucionista como filosofia primeira, e a exclusividade do método positivo como único tipo de ciência e racionalidade. É preciso que esta discussão seja iniciada por ambas as partes com serenidade e disponibilidade em ouvir, algo que até hoje só aconteceu de maneira insatisfatória. Ninguém poderia colocar seriamente em dúvida as provas científicas dos processos micro-evolutivos. A este propósito, Reinhard Junker e Sieghfried Scherer dizem em seu *Kristisches Lehrbuch* sobre a evolução:

Tais fenômenos [os processos micro-evolutivos] são bem conhecidos a partir dos processos naturais de variação e de formação. O seu exame por meio da biologia evolutiva levou-a a conhecimentos significativos a propósito da extraordinária





capacidade de adaptação dos sistemas vivos.

Neste sentido, dizem que se pode com razão caracterizar a pesquisa sobre a origem como a disciplina rainha da biologia. A pergunta que um crente pode se fazer diante da razão moderna, não é sobre isso, mas sobre a extensão de uma *philosophia universalis* que ambiciona se tornar uma explicação geral da realidade, e tende a não consentir mais qualquer outro nível de pensamento. Na própria doutrina evolucionista o problema se apresenta quando se passa da micro, à macroevolução, passagem a propósito da qual Szamathy e Maynard Smith, ambos sustentadores de uma teoria evolucionista *recompreensiva*, também admitem: *Não existem motivos teóricos que levem a pensar que algumas linhas evolutivas aumentem em complexidade com o tempo; não há nem mesmo provas empíricas de que isso aconteça.*

A pergunta que agora precisa ser colocada é de maior profundidade: trata-se de saber se a doutrina evolucionista pode se apresentar como uma teoria universal de todo o real, além disso, se as perguntas ulteriores sobre a origem e a natureza das coisas não são mais lícitas nem necessárias, ou se questões últimas do gênero não superem o campo da pura pesquisa científico-natural. Entretanto gostaria de colocar a pergunta de um modo ainda mais concreto. Diz verdadeiramente tudo uma resposta como a que encontramos, por exemplo, na seguinte formulação de Popper:

A vida, como nós a conhecemos, consiste de ‘corpos’ físicos (ou melhor: de processos e estruturas) que resolvem problemas. Que as diversas espécies tenham ‘aprendido’ através da seleção natural, isto é, através do método de reprodução mais variação; método que, por seu lado, foi aprendido segundo o próprio método. É uma regressão, mas não é infinita...?

Realmente, eu não acredito. No final das contas trata-se de uma alternativa que não se pode mais resolver simplesmente no âmbito das ciências naturais e, no fundo,

tampouco no da filosofia; trata-se de saber se a razão, ou o racional, encontra-se ou não no princípio de todas as coisas e no seu fundamento. Trata-se de saber se o real nasceu com base no acaso e na necessidade (ou, com Popper, de acordo com o Butler do *Luck and Cunning* [sorte e astúcia], e portanto daquilo que é sem razão, se, em outros termos, a razão é um produto casual e marginal do irracional, insignificante; enfim, no oceano do irracional ou se continua verdadeira aquela que é a convicção fundamental da fé cristã e da sua filosofia: *In principio erat Verbum* [no princípio era o Verbo] – no princípio de todas as coisas há a força criadora da razão. A fé cristã é hoje, como foi ontem, a opção pela prioridade da razão e do racional. Esta questão última não pode mais, como já foi dito, ser resolvida por meio de argumentos extraídos das ciências naturais, e o próprio pensamento filosófico aqui se bloqueia. Neste sentido, não se pode fornecer qualquer prova última da opção cristã fundamental; mas pode a razão, ultimamente, sem negar a si mesma, renunciar à prioridade do racional sobre o irracional, ao *Logos* como princípio primeiro? O modelo hermenêutico oferecido por Popper, que cabe sob diversas formas em outras apresentações da *filosofia primeira*, demonstra que a razão não pode pensar senão o irracional segundo a sua medida, e, portanto, racionalmente (resolver problemas, elaborar métodos!), restabelecendo assim, implicitamente, o primado contestado pela razão. Com a sua opção a favor do primado da razão, o cristianismo permanece ainda hoje *racionalidade*, e acho que uma racionalidade que se desfizesse desta opção significaria necessariamente, ao contrário das aparências, não uma evolução, mas uma involução da racionalidade.

Vimos precedentemente que na concepção do primeiro cristianismo as noções de natureza, homem, Deus, *ethos* e religião, eram indissolúvelmente conexas uma à outra e que aquele nexos tinha realmente ajudado o cristianismo a ver com clareza a crise dos deuses e a crise da antiga racionalidade. O orientar-se da religião para uma

visão racional do real, o *ethos* como parte desta visão e a sua aplicação concreta, sob o primado do amor, associaram-se um ao outro. O primado do *Logos* e o primado do amor revelaram-se idênticos. O *Logos* não aparece mais somente como razão matemática à base de todas as coisas, mas como amor criador até se tornar compaixão para com a criatura. A dimensão cósmica da religião, que venera o Criador na potência do ser e a sua dimensão existencial, a questão da redenção, compenetraram-se e tornaram-se uma só coisa. De fato, uma explicação do real que não pode de modo sensato e compreensivo fundamentar um *ethos* permanece necessariamente insuficiente. Ora, é um fato que a teoria evolucionista, em que corre o risco de se alargar em *philosophia universalis*, tenta fundar um novo *ethos* com base na evolução. Este *ethos* evolucionista, porém, que encontra inelutavelmente a sua noção chave no modelo da seleção e, portanto, na luta pela sobrevivência, na vitória do mais forte, na adaptação conseguida, tem pouco de consolador para oferecer. Mesmo quando se procura embelezá-lo de vários modos, permanece, em última análise, um *ethos* cruel. O esforço para diluir o racional a partir de uma realidade insensata em si mesma nos fala aqui de modo impressionante. Tudo isso serve muito pouco para aquilo que precisamos: uma ética da paz universal, do amor prático do próximo e do necessário para caminhar além do particular.

A tentativa de dar novamente, nessa crise da humanidade, um sentido compreensível à noção de cristianismo como *religio vera* deve, por assim dizer, apontar igualmente para a ortopraxia e para a ortodoxia. No nível mais profundo, o seu conteúdo deverá consistir, hoje – como sempre, em última análise – no fato de que o amor e a razão coincidem enquanto verdadeiras colunas fundamentais do real: a razão verdadeira é o amor, e o amor é a razão verdadeira. Na sua unidade eles são o verdadeiro fundamento e a finalidade de todo o real ■



Helio Carvalho Perez

Cel Av

perezhelio7@gmail.com

AQUELE CARA ERA PRETO!

1ª parte:

4ª feira, 12 de agosto de 1964

Éramos do 1º/10º GAv, sediado em Cumbica. O Esquadrão era chamado de *marrudo*, devido às missões executadas. Fazia missões de reconhecimento foto, reconhecimento meteorológico, reboque de alvo para tiro aéreo, com a caça; tiro terrestre, com o Exército; e, também, tiro dos navios da Marinha de Guerra. Era equipado com o bombardeiro médio bimotor B-25 Mitchell, muito empregado na guerra do Pacífico, na Segunda Guerra Mundial. Foi ele que decolou de um porta-aviões, com outros quinze B-25, voou 800 milhas e bombardeou Tóquio, em abril de 1942, no famoso Doolittle raid, numa represália ao ataque a Pearl Harbour.

O 1º/10º era *pau para toda obra*. Na década de 60, no início da Embraer, fizemos os testes de lançamento dos foguetes brasileiros SBAT-37 e SBAT-70, fabricados pela AVIBRAS, em São José dos Campos. Treinamos esses lançamentos na Baía de Guajará, em Belém, e, também, ao lado da pista de pouso em Cumbica. Fizemos também testes com a bomba napalm.

No dia 12 de agosto de 1964, o 1º Ten Av Adalto e eu decolamos de Cumbica para fazer uma missão rotineira de reconhecimento foto na Amazônia, sediada em Belém, com duração de oito dias.

No voo foto, as fotografias aéreas eram obtidas com a magnífica câmera alemã Zeiss de aerofotogrametria, que ficava acoplada no alçapão traseiro do B-25. Ela disparava as fotos automaticamente, em intervalos preestabelecidos. Na nossa Seção Foto, após essas *tiras* de fotografias serem reveladas, elas eram casadas (superpostas, longitudinal e lateralmente) para permitir um mosaico-foto perfeito. Após os cortes e a colagem, esse trabalho final era enviado ao órgão solicitante. O IBGE, dentre outros, era um dos nossos *clientes*.

No dia 16, domingo, fizemos 5h 35 de voo foto na parte da manhã. Foi uma missão muito proveitosa. O voo foto requer condições meteorológicas CAVOK, isto é, sem nuvens, o que na Amazônia só é possível na parte da manhã. Nesse dia, um Curtiss Commando C-46 cargueiro da VASP (PP NMF), com quatro tripulantes, vinha de Carolina, cidade situada ao sul

do Maranhão, na margem direita do Rio Tocantins, com destino a Belém. Próximo ao pôr-do-sol, ocorreu um problema num dos motores. Alijou toda a carga possível, perdeu altura e, de repente, desapareceu. O acidente estava confirmado.

Fomos engajados na busca do Curtiss. O Salvaero Belém, coordenador da busca, nessa mesma noite, deu o *brifim* da missão **SAR – Search and Rescue – Busca e Salvamento**, que começaria no dia seguinte. Devido à grande autonomia do B-25, coube a nós, uma grande área ao sul do Pará, que distava uns 300 quilômetros de Belém. A nossa busca seria tipo quadrado crescente e rotas paralelas com a altitude de voo de 2.000 ft (600 m).

Decolamos muito cedo, com muitíssima vontade e confiança de achar vivos os companheiros da VASP, naquela imensidão verde. Gozado. Acredito que nessa hora, *baixa* em todos os tripulantes envolvidos nas buscas o tradicional espírito do voo SAR, tão comum aos esquadrões de Busca e Salvamento de todo mundo, pois para eles, não existe mau tempo, nem hora, nem dia, nem nada, estão sempre prontos para

qualquer missão. O lema do SAR da FAB é **PARA QUE OUTROS POSSAM VIVER**. A minha sensação foi que nessa hora, todos nós *vestimos* o famoso macacão de cor *jerimum* (abóbora), que o pessoal do SAR usava, e fomos firmes em frente.

Iniciamos o quadrado crescente já com o sol subindo, e mantínhamos contato com Belém e com as outras aeronaves via mensagem de telegrafia. Era o velho Código Morse usado pelos nossos excelentes sargentos radiotelegrafistas. Naquela época era assim que funcionava. E funcionava muito bem. Nós *conseguíamos falar* com todo o Brasil. Já estávamos com mais de seis horas de voo e as buscas eram infrutíferas. De repente, o Tenente Foto Carvalho, que estava no nariz de vidro do nosso B-25, avisou pelo interfone: – *Avistei alguma coisa às três horas (à direita), um pouco longe, na curva do rio.* – Imediatamente fomos para cima e vimos o Curtiss submerso, somente com a cauda fora d'água. – *Achamos! Achamos!* – Subiu uma alegria silenciosa que bateu forte, bem lá dentro. Ele estava a cerca de 200 quilômetros de Belém.

No rasante, avistamos três tripulantes em pé, aparentemente bem, na praia, numa das curvas do extenso Rio Capim. Avisamos o Salvaero Belém, que mandou para o local uma aeronave B-17, famoso bombardeiro quadrimotor pesado e estratégico da Segunda Guerra Mundial, pertencente ao Esquadrão SAR do 1º/6º GA, sediado em Recife. A B-17 lançou um fardo para os sobreviventes. Nós ficamos na vertical

observando. Logo depois chegou um CA-10 Catalina, hidroavião, bimotor, antissubmarino, também muito usado na Segunda Guerra, pertencente ao 1º/2º GA, sediado em Belém, e pilotado pelo saudoso 1º Ten Av Aildon. Essa aeronave completaria a missão SAR, efetuando o salvamento dos tripulantes. Aildon avaliou com cuidado a área, e numa pequena reta do rio amerissou, taxiou, colocou a proa do Catalina na praia, recolheu os sobreviventes, o corpo do morto e decolou em seguida para Belém. Missão de salvamento e resgate perfeita. Mais uma grande emoção silenciosa. Fácil, muito fácil, não acham? Mais ou menos!

O 1º Ten Av Aildon Dornellas de Carvalho era um excelente catalineiro. Fez uma amerissagem e decolagem perfeitas, nessa operação marginal (restrita e no limite). Aquele trecho do rio era desconhecido para ele. Dentre outros, o perigo da hidroaviação fluvial é a possibilidade de bater num tronco submerso, numa pedra, ou num banco de areia. Sete meses antes, em 29 de janeiro de 1964, perdêramos o 1º Ten Av Pedro Henrique César numa amerissagem de Catalina, na Baía de Guajará, em Belém.

Registro também a perda do 1º Ten Av Deusdedit Carlos da Silva, em 19 de outubro de 1966, em acidente de Catalina, em Porto das Pedras, na ilha de Marajó. Esses, e outros amigos que se foram, sem dúvida, **deram seiva a nossa grandeza**. Voamos nessa busca 7h 20 e, por ser um voo a baixa altura, era muito quente e úmido.

Estávamos cansados, suados, com fome, mas com a **indescritível sensação do dever cumprido**. Era eu um garoto de apenas 25 anos. Hoje olho para trás e vejo que já se passou mais de meio século. A Aviação felizmente, durante a nossa longa carreira aviatória, ainda nos permitiria várias vezes, sentir essa extraordinária sensação silenciosa do **dever cumprido**. Como foi o acidente: eram quatro tripulantes e um deles ficou de pé entre os pilotos, desamarrado, assistindo ao pouso de emergência no Rio Capim. No impacto, foi jogado contra o pedestal de manetes. Ficou ali cravado pela barriga e foi para o fundo com o avião. O comandante, após abandonar o avião, voltou e mergulhou, conseguindo retirar o corpo do companheiro.

Apesar da idade, esses três velhos aviões veteranos da guerra, dezenove anos depois, ainda prestavam, com eficiência, excelentes serviços. Essas três grandes aeronaves, dentre outras, foram determinantes na História da FAB do pós-guerra, e forjaram com perfeição incontáveis equipagens de voo. É verdade, às vezes, com sacrifícios de muitos companheiros. Entretanto esses foram os nossos bravos pioneiros. Foi o preço que pagamos.

No dia seguinte fizemos o último voo foto e, no dia posterior, dia 19, decolamos de Belém de regresso para casa. Antes de sobrevoar Carolina, e já com 2h 20 de voo, a Rádio Carolina – ZWCI, via fonia, solicitou que pousássemos em Carolina para levar para Brasília um militar do Destacamento de



Proteção ao Voo de Carolina, que estava muito mal e não resistiria se não fosse evacuado. Não sabiam mais nada sobre a doença dele.

O nosso Esquadrão não transportava passageiro, mas dessa vez o Adalto, como comandante, decidiu fazer essa MSVH – Missão de Salvamento de Vida Humana. Pousamos na pista de terra, e sem cortar os motores, para ganhar tempo, desci para dar uma olhada no doente, que estava numa maca no chão de terra, sob um sol forte. O que eu vi: uma pessoa de cor negra, imóvel, sem ferimento aparente e sem sangramento, com os olhos semicerrados. Abaixei, dei uma olhada de perto e disse para ele que tudo ia ficar bem, pois logo chegaríamos a Brasília. Foi uma dificuldade fazer a maca com o doente entrar pelo pequeno alçapão traseiro. E se ele morresse a bordo? Esse era um grande risco que corríamos.

Decolamos e voamos o mais baixo possível, para evitar qualquer sangramento do doente e 2h 55 depois pousamos em Brasília, onde a ambulância o levou para o hospital. Nunca mais soubemos notícias dele. Decolamos para Cumbica e, após 2h 35 de voo chegamos a casa. Muitas, muitíssimas saudades da minha recém-nascida filha Cintia, segunda de uma série de três filhas, que completava 54 dias de vida. Essa foi mais uma bela missão que cumpri.

Durante esses oito longos dias voamos o total de 42 horas, inclusive quatro horas de voo noturno, sendo 20h 05 nas etapas de deslocamentos, 14h 35 de voo foto e 7h 20 de busca. As etapas foram as seguintes:

Cumbica – Salvador (5 horas);
Salvador – Fortaleza (4 horas);
Fortaleza – Belém (3h 15);
Belém – Carolina (2h 20);
Carolina – Brasília (2h 55);
Brasília – Cumbica (2h 35).

2ª Parte

3ª feira, 8 de junho de 1965

Dez meses depois desse voo foto em Belém de 1964, estava eu fazendo uma missão de reboque de alvo com o Exército, na Barra da Tijuca, no Rio, e, nesse dia 8, pernoitei no Calabouço, que era como chamávamos o Santos-Dumont. De noite comecei a sentir fortíssimas dores nas costas, na altura do rim direito. Peguei um táxi e fui para o HCA. O médico de serviço examinou e diagnosticou na hora: cálculo renal. Falou para o enfermeiro: – *Fulano, aplica devagar 10 cc de Baralgin na veia do Tenente.* – Eram quatro horas da manhã. O Cabo Enfermeiro, que era branco, me perguntou: – *Ô Tenente, não tá me conhecendo não?* – Respondi: – *Não tô não, cara. Dá logo essa p... da injeção que eu não tô aguentando de dor. Anda, anda logo.* – Ele falou: – *Eu sou aquele cara que o senhor tirou de Carolina com o B-25 no ano passado, lembra?* – Curioso, olhei para ele e respondi na lata: – *Não era você não. Aquele cara era preto!* – A essa altura o Baralgin que ele aplicava na minha veia já começava a fazer efeito, a dor foi diminuindo, fui ficando grogue e devo ter apagado.

Quando acordei já estava baixado num

quarto do hospital. Fiquei sete dias nessa horrível situação, com crises diárias de dor, e as consequentes aplicações de 10 cc de Baralgin. No sétimo dia expeli a maldita pedra, que tinha no máximo três milímetros. Tão pequena para tanta dor. Chamei a enfermeira, que sempre repetia: – *A dor do cálculo que eu sentia era igual à dor do parto das mulheres.* Ela pegou a pedra e saiu gritando e debochando pelo corredor: – *Nasceu, nasceu o filho do tenente! Olha ele aqui!* – O médico veio e disse que já estavam preparando a cirurgia, para extrair essa pedra. Ainda bem que consegui driblar uma vez mais essa *bruxa* da cirurgia.

Infelizmente nesses sete dias no hospital não me lembrei de chamar o Cabo Enfermeiro para conversarmos. Até hoje não sei o seu nome e qual era a doença dele. Seria a doença azul? Outra dúvida: naquele estado tão grave, como ele me reconheceu? Como guardou a minha fisionomia, o meu nome? Será que ele viu meu nome no macacão de voo? Pode ser. Será que a proximidade da morte permite isso? Pode ser. Enfim, gostaria de bater um bom papo com ele e também de conhecê-lo melhor. Dessa vez não deu. Quem sabe ainda nos cruzaremos novamente? Fica para outro giro que o mundo dá.

Só me resta repetir a frase que o *velho* e saudoso amigo Trompowsky sempre dizia, no cassino da Base, quando contávamos histórias de Aviação e consertávamos a FAB, o Brasil e o mundo: – *É, meu velho, o mundo gira e a lusitana roda. Cassineiro, traz outra, estupidamente gelada!* ■





MENTIRA

O sol brilhava naquela manhã de agosto de 2016. Em viagem de férias com a família, saindo de Brasília com destino a Pirenópolis, observei que inúmeros prédios foram construídos na cidade, desde que de lá saíra há mais de vinte anos. Eram construções suntuosas e enormes, destinadas a abrigar órgãos públicos federais. No transcorrer da viagem, imaginei a legião de funcionários que ali seriam alocados.

Margeando a estrada, viam-se árvores ressequidas e tortas. Aquelas árvores, em sua luta pela sobrevivência, retiravam com dificuldade a umidade do solo árido. Nessa luta, como se buscassem forças pelos lados, elas cresciam pouco e retorciam seus galhos. Entretanto as árvores do cerrado eram fortes e ofereciam bons frutos. Passado o período da seca e das queimadas, logo se rejuvenesciam e, cheias de novas folhas, tornavam o ambiente verde e promissor, quase alegre. Nessa época de seca, a falta de umidade e o ambiente das pastagens, enfumaçado pelas queimadas, enchiam o ar de melancolia. Tendo nascido naquela região, sempre achei que o mês de agosto era portador de tristeza e de mau agouro.

Aos poucos, o aspecto opulento e organizado das construções ia desaparecendo, assim como se acentuava a precariedade da rodovia. Moradias paupérrimas iam surgindo à beira da estrada. Aos seus pobres moradores era mostrada uma condição social desejada por todos, muito próxima, e inalcançável. De tempos em tempos, apareciam políticos com promessas de mudanças. Promessas que nunca eram cumpridas. Recebendo migalhas por curto período, logo voltavam à precariedade costumeira.

Formidável contingente da população oriunda do campo se deslocara nas décadas anteriores para a periferia das cidades.

Famílias desassistidas e iludidas, acreditando em falsas promessas e na busca de conforto, terminaram a meio caminho entre o campo e a cidade. Com trabalho precário e sem educação política dependiam de favores do Estado e, mais tarde, nas concentrações urbanas ficaram sujeitas à ação de malfeitores e de traficantes.

Ao horizonte viam-se pequenas ondulações que terminavam em baixios, onde palmeiras indicavam a existência de água e terreno fértil, formando veredas. O ambiente lembrava o célebre romance de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*. O livro ressalta a vida rude dos habitantes da vasta região dos sertões, mostrando suas crenças e superstições. Olhando a paisagem, passei a enxergar entre palmeiras e montado em seu cavalo, a figura do jagunço Riobaldo.

Próximo a Pirenópolis, a precariedade da estrada era inacreditável para uma cidade com potencial turístico, demonstrando nosso despreparo para desenvolver essa atividade econômica, ao abdicar de receitas significativas. Na região, a extração do calcário e de outros minerais confirmava a riqueza do nosso subsolo.

Já na pousada e na presença de seriemas domesticadas, ouvindo o canto suave do pássaro preto e olhando o horizonte até onde a vista alcançava, imaginava a coragem dos nossos antepassados ao conquistar a imensa área do interior do Brasil. Entre o século XVI e o XVIII, por iniciativa da Coroa portuguesa e de cidadãos paulistas, essa e outras regiões foram desbravadas, na busca de conhecimento sobre a colônia, integração territorial e de riquezas. A epopeia conhecida por Entradas e Bandeiras cobrou um alto preço, resultando em doenças e morte de muitos dos nossos colonizadores.

Nossa extensão territorial não foi

apenas um presente da natureza, tendo sido conquistada com muito sacrifício, o que não pode ser esquecido. Olhando a divisão dos demais países da América do Sul, de colonização espanhola, devemos estar orgulhosos dos que nos antecederam ao preservar a união de nossas terras que, a qualquer custo, deve ser mantida. Várias fortalezas construídas ao longo dos rios, no interior da Amazônia e também no litoral, comprovam a decisão de manter unido o território abrangido pelo Tratado de Tordesilhas.

Vendo a extensão de nossas terras, temos o dever de prestar homenagens aos veneráveis brasileiros: Barão do Rio Branco, demarcador de nossas fronteiras, e Marechal Rondon, patrono das comunicações por telégrafo, que uniu o extenso território, inclusive os limites da Amazônia.

Ao visitar uma das inúmeras igrejas da cidade, observei a influência da arquitetura barroca portuguesa, presente também nas artes sacras. O estilo dominante no Brasil durante o período colonial, desde o início do século XVII, foi trazido pelos jesuítas, e aqui teve rico florescimento com importante participação de artistas negros e de índios.

Na cidade de Pirenópolis, conversando com a proprietária de uma loja de *souvenir*, ela disse bastante convicta, ao saber que eu era militar: – Vocês têm de voltar. Naquela época podíamos trabalhar com segurança, sabendo como seria o dia seguinte, e hoje não temos certeza de nada! Respondi, também, convicto: – Essa não é nossa missão!

Na continuação do diálogo, eu disse que uma intervenção militar somente se justificaria se atendessem às normas constitucionais. Disse também que o povo deveria aprender a escolher seus representantes.

Concluimos que essa seria uma longa jornada a ser percorrida!

Já ouvira essa opinião por parte de outras pessoas. Após trinta anos desde a saída dos militares ou do término da chamada *ditadura*, a população está descrente da *redemocratização* promovida pelos governos que se sucederam. Sente falta dos tempos em que era seguro caminhar pelas ruas, por todos os lugares e horários. Além da ordem pública, reclama da ineficiência dos governos nos assuntos econômicos, da corrupção generalizada, do descaminho dos jovens e das drogas. Durante o período militar era impensável que estudantes invadissem e ocupassem escolas, que populares depredassem propriedades públicas e privadas, assim como menor de idade matar impunemente.

Assistindo ao descontrole das diversas instâncias dos governos atuais, é justo afirmar que não existe progresso sem ordem, que não pode haver ordem sem disciplina e que não há disciplina sem autoridade.

A proprietária daquela casa comercial, de origem libanesa, perfeitamente adaptada ao modo de vida regional, é um bom exemplo de nossa capacidade de receber e integrar povos de diversas origens.

Durante o almoço, conheci a história de Santa Dica. Benedita Cipriano nasceu em janeiro de 1903 em uma fazenda nas proximidades de Pirenópolis. Sua vida mistura fatos e lendas. Ainda jovem, com sete anos, morreu e ressuscitou. Durante o banho de defunto seus familiares notaram que ainda suava e tiveram receio de enterrá-la, alongando o velório por três dias. Nesse período, reviveu, tornando-se santa e milagrosa. O milagre espalhou-se pela região onde romeiros apareciam pedindo sua bênção e graças, formando uma legião de adoradores em torno de sua residência.

Os habitantes unidos lhe concederam força política. Pobres, quando se unem em sua desdita e fé, substituem a ausência do Estado. A fé extremada e irracional transforma-se em fanatismo que, normalmente, é usado para o mal e, raramente, é empregado para o bem. No caso de Santa Dica, a fé foi usada para o bem. Distribuía terras e fazia milagres. A lenda diz que chegou a ter 15.000 seguidores, dentre eles 1.500 soldados e 4.000 eleitores, talvez um exagero, mas um fato significativo.

Seus seguidores editaram também um jornal: *A Estrela do Jordão, Órgão dos Anjos e da Corte de Santa Dica*. Como se

deduz, o Rio do Peixe foi rebatizado como Rio Jordão.

Passou a ser perseguida por políticos e pela Igreja, que exigiam sua prisão. Um destacamento do governo do estado de Goiás prendeu a santa após uma resistência milagrosa, com a morte de apenas três pessoas.

Solta, casou-se com um jornalista do Rio de Janeiro e tiveram cinco filhos. Permaneceu com força política e, tendo recebido a patente de cabo, comandava 400 soldados. Os soldados, por suas dificuldades intelectuais, não aprendiam a marchar, somente o conseguindo com a colocação de palhas em seus pés, diferenciando o pé direito do esquerdo. Foram denominados de soldados de pés com palha e pés sem palha.

Com 150 soldados, a santa participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e não sofreu qualquer baixa, outro milagre. Prestou relevante serviço ao Brasil, impedindo que a Coluna Prestes entrasse no Triângulo Mineiro. Desse modo, o movimento impatriótico da Coluna foi derrotado pelos pés com palha e pés sem palha, demonstrando sua fraqueza de propósitos.

A santa partiu em 1970, deixando aqui na Terra um pequeno povoado como prova de sua existência e uma história para ser contada.

Impossível não fazer uma comparação entre o episódio de Santa Dica e a Campanha de Canudos, respeitando-se as proporções. Em Canudos, cidade do interior da Bahia, o movimento de cunho social e religioso foi bem descrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. O conflito regional entre sertanejos e latifúndios improdutivos transcorreu entre 1896 a 1897 e sua conclusão teve a participação do Exército Imperial Brasileiro. Ao final, milhares perderam a vida em lutas sangrentas, mostrando que, ao contrário do que pensamos, não somos um povo pacífico.

Reverendo nossa História, podemos concluir que para evitar o agravamento de conflitos sociais, eles têm de ser identificados e anulados em seu nascedouro, por meio de políticas públicas realistas e planejadas.



Alguns desses conflitos foram debelados por Duque de Caxias, o Pacificador. Pacificador, porque tratava os vencidos com generosidade.

No dia seguinte, fomos visitar uma fazenda local, considerada ponto turístico. O lugar impressionava por seus amplos espaços. Ali visitamos galpões e outras áreas, conhecendo o histórico do lugar, uma antiga fazenda de escravos. A nós foram mostrados, inclusive, os objetos com os quais os escravos eram subjugados. Quando saímos do local, senti a presença de figuras atormentadas, escondendo-se entre móveis e árvores. Um ambiente pesado e assustador. Como fantasmas, queriam mostrar o sofrimento e a maldade com que foram tratados em sua curta existência terrena. O martírio os impedia de partir definitivamente para encontrar o Criador. Pareciam dizer que, enquanto a perversidade a que foram submetidos estivesse na face da Terra, aqui deveriam permanecer. Como assombração, elas esperavam por justiça.

Em *Navio Negreiro*, o poeta Castro Alves nos lembra até onde pode chegar a maldade humana:

(...)

Senhor Deus dos desgraçados!

Dizei-me vós, Senhor Deus,

Se eu deliro... ou se é verdade

Tanto horror perante os céus?!...

Ó mar, por que não apagas

Co'a esponja de tuas vagas

Do teu manto este borrão?

Astros! Noites! Tempestades!

Rolai das imensidades!

Varrei os mares, tufão!

(...)

A mentira já foi analisada por diversos pensadores e filósofos, abordando sua aceitação e consequências nos campos da ética, da sociedade e da religião. Alguns pensadores dizem, por exemplo, que, na propaganda, uma grande mentira, insistentemente repetida, é mais aceita junto à população do que uma pequena verdade. Platão afirmou que a mentira, em determinada situação, pode ser permissível. Aristóteles e Santo Agostinho disseram que a mentira nunca poderia ser admitida. Em

muitas religiões, a mentira é considerada pecado. Já a mentira, sem maiores consequências, é aceita pela sociedade. Ria.

Quanto a mim, considero abjeta a mentira premeditada que visa obter vantagens para pessoas ou grupos. Esse tipo de mentira tem maior penetração junto aos menos esclarecidos e, por isso mesmo, deve ser repudiada pela sociedade. Os que usam a mentira reiteradamente para obter apoio político não têm interesse na educação do povo. Sendo educados, não atenderiam aos seus perversos objetivos.

Deus, em sua infinita sabedoria, decidiu que a mentira não seria pecado, mas que estaria presente em todos eles. Assim, criou a mentira como a mãe de todos os males.

Em 18 de novembro de 2011, foi aprovada a Comissão da Verdade. Foi assinada por decisão da presidente Dilma Rousseff, ex-guerrilheira que participou ativamente da luta armada contra os militares. Nessa luta armada, juntamente com seus companheiros, praticou atos terroristas.

Não tem apreço pela verdade uma Comissão formada por representantes de apenas um dos lados do conflito. Uma grande mentira, portanto. Sob o manto dos direitos humanos, essa Comissão desprezou a Lei da Anistia, aprovada para pacificar ambos os lados da luta armada. A Comissão considerou que os direitos humanos foram violados apenas por um dos lados, outra mentira.

Na verdade, essa Comissão tinha um objetivo bastante claro: beneficiar financeiramente aqueles que lutaram contra os militares com pensões milionárias e compensações mensais polpudas e vitalícias.

Assim nasceu a *bolsa ditadura*, uma mina de ouro para advogados inescrupulosos. Essa *bolsa* já beneficiou centenas de pessoas, dentre elas familiares dos guerrilheiros Carlos Lamarca e Carlos Mariguella. Beneficiou, também, a própria Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Bilhões já foram gastos e outros ainda o serão, se for mantido esse assalto aos cofres públicos do país, enquanto faltam recursos para educação, saúde, segurança pública e infraestrutura. A população bra-

sileira deve decidir se concorda com essa afronta ao erário ou se exige a devolução do que foi distribuído aos, supostamente, perseguidos políticos.

Sobre o *bolsa ditadura* é interessante saber o que teria dito o humorista Millôr Fernandes ao recusar o benefício: – *Quer dizer que aquilo não era ideologia, era investimento?*

Aqueles que usaram armas combatendo os militares demonstraram que nunca tiveram ideais ou objetivos nobres. Sempre tiveram interesses escusos!

Nosso povo não tem o direito de ser ingênuo ou de desconsiderar os fatos de nossa História, pois quem conhece o passado vive o presente e não teme o futuro!

E a classe dos militares, tão atacada e vilipendiada por seus detratores por intermédio de reiteradas mentiras pode levantar-se, endireitar o corpo e erguer a cabeça. Os criminosos de ontem são os mesmos criminosos de hoje.

Ao final das minhas férias, e vendo um pôr de sol deslumbrante, tive a satisfação de assistir à magnífica apresentação da abertura das Olimpíadas de 2016, mostrando que, apesar das dificuldades, continuamos a ser um povo criativo e capaz. Pude admirar, também, o desempenho dos nossos atletas e daqueles apoiados pelas Forças Armadas Brasileiras.

No retorno para Brasília, notei que o tempo estava mudando, com possibilidades de chuva. Naquele ambiente seco, a chuva seria bem-vinda.

Pelo rádio do carro, notícias davam conta da atuação do Ministério Público ao combater corruptos e corruptores. Esse bom exemplo poderia chegar a outros profissionais da Justiça. Outra boa notícia dizia sobre manifestações em que populares exigiam mudanças na postura dos governantes. Era uma nova esperança!

Durante a viagem, senti-me abençoado por ter nascido no Brasil e por estar vivendo este momento de mudanças.

Pressenti a chegada de um vento alvissareiro. Esse vento, ao mesmo tempo em que balançava as copas das árvores e dos ipês floridos, estava conduzindo: a verdade! ■

DA GUERRA AO

O filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso, que viveu entre os séculos V e VI a.C, descreve em um de seus fragmentos: *A guerra é mãe de todas as coisas e todas as coisas é rainha.*

Para Heráclito, o devir ao qual tudo está destinado caracteriza-se por uma contínua passagem de um contrário ao outro. Mas ao mesmo tempo, nota-se bem, tratar-se de uma guerra que é paz. Um contraste, que é harmonia, ao mesmo tempo. O perene correr de todas as coisas e o devir universal revelam-se como harmonia de contrários.

Depois da queda do muro de Berlim em 1989, acreditou-se que começava o fim da

História. Com a derrocada do comunismo, todas as nações adotariam ao liberalismo democrático, relações reguladas por um estável comércio, leis de câmbio e um quadro jurídico aceito por todos. Ledo engano. Heráclito estava certo, as guerras continuam a eclodir, embora muitas vezes em estados de violência em que o inimigo não é mais estruturado num Exército Nacional.

Para o filósofo francês Frédéric Gros, a guerra apresenta três dimensões: ética, política e jurídica. A guerra é um conflito armado entre grupos sustentado por uma tensão ética, um objetivo político e um quadro jurídico. Por detrás destas três categorias, o que é preciso pensar é: a troca de morte como experiência crucial para pensar a ética; o Estado (ou toda outra unidade política: a cidade ou o Império) pensado como aquilo cuja consistência própria a guerra deve assegurar; enfim, a busca armada da justiça. A guerra é a troca de morte que dá consistência a uma unidade política e é sustentada por uma reivindicação de direito.

A guerra sobre o ponto de vista moral, apoiado no pensamento cristão, pode enumerar as seguintes considerações:

– É lícita a guerra de legítima defesa que tende a assegurar legítimos direitos violados. Ao contrário, é ilegítima a guerra de conquista, que somente visa ampliar o poder de determinado grupo social, à custa de outro;

– O princípio do pacifismo absoluto só contribuiria para favorecer a ousadia dos malvados, como notava o Papa Pio XII em sua alocução de Natal de 1948;

– A guerra há de ser sempre o recurso extremo, só aplicável depois de terem se esgotado todos os meios para chegar a uma solução pacífica do problema.

– Dado que esteja em curso uma guerra justa, é preciso que não utilize estratégias injustas. Assim são ilícitos todos os atos de violência não necessários para atingir os objetivos justos dos beligerantes. São condenáveis, também, o bombardeio de populações civis inocentes e indefesas, que são especialmente ameaçadas pelas armas nucleares, bem como o fuzilamento de reféns, a destruição de prisioneiros pela fome ou por maus tratos, e a tortura.

No Brasil, o sentimento da nacionalidade vai aflorar de forma marcante nos movimentos nativistas, inicialmente com a



CIDADÃO-MILITAR

Insurreição Pernambucana, que culminou com a expulsão dos holandeses em 1654.

Na formação do Brasil era necessária a unidade das Forças Armadas. A Marinha nasceu com a chegada da Corte de D. João VI, em 1808. Ao ser criada a Real Academia Militar, em 1810, nasceu o Exército.

A tomada de consciência de ser brasileiro é sensivelmente alavancada pela Guerra do Paraguai (1865-1870), além de surgir um novo Exército e uma nova Marinha.

A Aeronáutica foi criada em 1941 e teve o seu batismo de fogo com o 1º Grupo de Aviação de Caça nos céus da Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participando junto da Força Expedicionária Brasileira em defesa da liberdade contra os regimes totalitários.

Todavia, durante o período de paz, a cultura militar faz parte da cultura brasileira, mormente pela sua força na formação da integração e da identidade nacional. A exemplo da sua importância, destacamos algumas ações das Forças Armadas relativas somente à Amazônia, extensão de terra correspondente a 60% do território nacional, visando seu desenvolvimento e segurança e, por consequência, inibe a cobiça internacional:

– O Projeto Amazônia Azul da Marinha, que protege a imensa bacia fluvial desta área:

– O Projeto Calha Norte do Exército, com seus pelotões de fronteira garantindo a segurança dos nossos limites territoriais;

– O Correio Aéreo Nacional (CAN), que permitiu integrar núcleos de populações indígenas e caboclas perdidas na vastidão do nosso país;

– A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), implantando cerca de 150 aeródromos pavimentados;

– O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), configurando o controle e a vigilância do espaço aéreo.

Assim, na criação do nosso Estado Democrático é promulgada sob a proteção de Deus a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que, em seu capítulo V – *Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas*, rege, no seu artigo 142: *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*

A defesa da pátria significa dizer o sentimento a respeito da *terra de seu pai*, onde se fala a língua de sua mãe materna, e a palavra terra deve ser compreendida, em sentido amplo: o país.

Neste amor à pátria, aflora o patriota, oriundo da língua grega *patriôtês*, que significa também cidadão, pois não se pode imaginar cidadania sem patriotismo.

Desse modo, concebe-se a cidadania num espírito do serviço do bem comum e o exercício da ação política sobre o Estado e, ao mesmo tempo, afirma a identidade nacional. A cidadania só é possível num povo soberano no interior e no exterior.

Assim, o militar brasileiro, ou mais corretamente, o cidadão-militar formado em valores morais, sólida base humanística, com conhecimentos da ciência militar, espírito de corpo, preparado para arriscar sua vida, com respeito à disciplina, aos aspectos institucionais e coletivos, constitui poderoso fator de desenvolvimento de uma nova consciência ética e política, adequando as necessidades do ser humano e da sua dignidade a uma pátria livre e democrática. ■



VALENTIA OU

Em janeiro de 1969, eu gozava de regulamentares e merecidas férias em minha pequena grande cidade de Espumoso, no Rio Grande de Sul.

O mês de dezembro fora tenso e repleto de emoção. No dia 13, havia sido baixado o Ato Institucional nº 5, a marca do endurecimento do governo militar ante a situação política, que se deteriorava velozmente e culminara com atos hostis ao governo no Congresso Nacional.

No decorrer do mês, com a situação política agora mais controlada, as Organizações Militares diminuíram o grau de prontidão e a tendência foi a de normalização administrativa.

Cumprindo o Plano de Férias, viajei com minha esposa e minha filha, de dois anos, para Espumoso. Costumávamos sempre gozar as férias em Espumoso, pelo fato simples de minha esposa e eu sermos daquela encantadora cidade. Lá, parafraseando o Brigadeiro Macedo, era o nosso pequeno paraíso.

Decorridas as festas natalinas, adentrávamos em 1969, ano que se mostrava promissor. Eu era primeiro-tenente e servia no 1º/10º GAv, na Base Aérea de São Paulo, em Cumbica. Era Instrutor de RB-25 Mitchell, grande aeronave, e passaria a voar o B-26 Invader, aeronave em processo de revitalização estrutural e modernização eletrônica e instrumental, com todas as características operacionais readquiridas e com moderna aviônica, VOR/ILS, VHF com 360 canais. Um enorme salto tecnológico e operacional ante o já saudoso RB-25J com seus radiocompassos de limbo fixo e o possante VHF de 12 canais.

Em fevereiro, ou março, faríamos o curso de B-26, no 1º/5º GAv, na Base Aérea de Natal. Possivelmente, faria o traslado de uma dessas aeronaves do Arizona para Natal. Seria, ainda, promovido a capitão

com expectativa de ficar mais alguns anos no Esquadrão. Essa promoção sempre é esperada e bem-vinda para os Tenentes, especialmente, pelo fato de o Oficial deixar para trás a escala de serviço de Oficial de Dia e de Oficial de Operações. Na FAB e naquela época, sob esse ponto de vista, entretanto, não era assim tão atrativa, pelo fato de, ao ser promovido, o Capitão deixar as escalas de Tenente, mas passar a fazer parte da Escala de Superior de Dia, cujo número de integrantes era muito menor que as demais. No final dos anos sessenta, havia Superior de Dia todos os dias.

Entretanto eu estava de férias e devia descansar. Passeava, fazia visitas, banhos no Rio Jacuí, mais passeios e mais visitas.

Tudo ia muito bem, quando recebi um recado da Aury Carpes, minha prima, encarregada da Agência dos Correios. Havia um telegrama para mim e eu deveria ir buscá-lo. Não havia entregador de telegramas em Espumoso. Lembrei-me que, logo após ter sido alfabetizado, com apenas oito anos, trabalhei como entregador de telegramas até sair da cidade para estudar. Naquele tempo, o trabalho infantil não traumatizava as crianças.

Fui buscar a mensagem. A primeira coisa que notei é que estava escrito URGENTE, assim, com todas as letras maiúsculas. Pensei: coisa boa não é! Procurei uma sombra e abri o telegrama. Era conciso e objetivo, para não apelar para o popular curto e grosso. Dizia: Tenente Bambini vg deveis apresentar-vos imediatamente em sua Unidade pt. Assinava o Comandante da BASP.

Permaneci imóvel alguns segundos pensando: estamos de prontidão. Dedução lógica e racional, pois era uma das razões previstas no Estatuto dos Militares e no RISAER para a interrupção de férias regulamentares.

Voltei para casa já raciocinando em como fazer para cumprir a ordem recebida. Ordens são ordens, pensei!

Estava no interior do Rio Grande do Sul, a 1.200 quilômetros de São Paulo e a quase trezentos de Porto Alegre. Não tinha condições de ir de avião comercial. Muito caro! As opções eram ir para Porto Alegre e, assim que possível, tomar um ônibus para São Paulo; pedir dinheiro emprestado para os familiares, ir para Porto Alegre e tomar um avião comercial; e ir para Porto Alegre, apresentar-me na Quinta Zona Aérea e aguardar um avião da FAB para São Paulo. Todas essas opções implicavam em esperar a madrugada do dia seguinte, passar o dia inteiro num ônibus da empresa Ouro e Prata, para chegar à tardinha em Porto Alegre e, então, começar realmente, o caminho para São Paulo. Opções demoradas para a urgência do caso.

Conversando com meus familiares, apontaram-me outro caminho. Havia um ônibus para São Paulo, que passava em Carazinho, a sessenta quilômetros de Espumoso, às dezenove horas aproximadamente. Decidi ir nesse ônibus. Pedi a meu irmão para levar-me a Carazinho. Fiz a mala, despedi-me e fui.

No caminho, meu irmão disse-me que seria difícil eu conseguir uma passagem, tendo em vista ser uma linha nova, Santa Maria-São Paulo, e estávamos em época de férias, com grande movimento de passageiros. Falei: – Vamos tentar assim mesmo.

Eram mais de seis horas da tarde quando chegamos ao escritório da empresa onde o ônibus parava. Era uma agência da Penha. Meu irmão propôs-se a esperar-me, para o caso de eu não conseguir passagem. Agradei e disse-lhe que, de qualquer forma, era mais fácil, eu conseguir alguma coisa em Carazinho, por ser uma cidade maior. E eu tinha que ir! Na verdade,

RESPONSABILIDADE?

eu não tinha a mínima ideia do que faria se não conseguisse um lugar para viajar.

Entrei e procurei o balcão de venda de passagens. A atendente disse que já não havia mais passagens para aquela noite, porém, sugeriu-me esperar e falar com o motorista. Quem sabe, ele não daria um jeito? Esperei e, lá pelas 19h30, o ônibus chegou todo enlameado. Naquela época, de Santa Maria até Vacaria, havia apenas uns poucos trechos asfaltados.

Aguardei o motorista colocar as bagagens dos passageiros que embarcariam em Carazinho, e disse a ele que eu precisava ir para São Paulo com urgência. Ele mal olhou para mim, e, sem parar, disse-me que não havia lugar. Segui-o e, calmamente, reiterei minha necessidade de viajar e disse a ele que eu poderia ir sentado no degrau da porta. O motorista nem sequer me respondeu e

foi falar com a despachante. Confesso que comecei a ficar chateado com a sua falta de atenção e de educação, mas, contive-me.

Tomei uma decisão, então. Eu não podia perder esse ônibus! Esperei que ele terminasse a conferência e, quando ele se dirigiu, creio, ao banheiro, chamei-o, com alguma energia, e disse-lhe que precisava falar com ele. Como havia muito burburinho, normal de local público, pedi para ele seguir-me até um canto mais calmo. Acho que fui bastante enérgico, pois ele não discutiu ou esboçou qualquer reação negativa e seguiu-me até o local que eu apontara.

Tenho de lembrar que estávamos em janeiro de 1969, há menos de um mês da edição do AI-5. Ao chegarmos ao canto indicado, olhei para ele e expliquei-lhe que eu era Tenente da Aeronáutica, estava de férias e recebera ordem de voltar para

minha Base Aérea, em São Paulo, e tinha de ir. De maneira bastante firme, olhando no fundo de seus olhos, falei: – Companheiro, vou lhe dar duas opções. A primeira, o senhor concorda em me levar, eu compro a passagem e viajo sentado no degrau da porta, sem causar qualquer problema; a segunda, eu vou requisitar o ônibus, o senhor vai deixar seus passageiros aqui e vai levar-me sozinho até São Paulo. O senhor decide. Eu irei de qualquer forma!

O homem empalideceu, coçou a cabeça e olhou-me. Coçou novamente a cabeça, e disse: – Eu vou lhe levar. Comprei a passagem e fui até São Paulo trinta e duas horas sentado no degrau da porta do ônibus.

Apresentei-me ao Comandante da Base, sem contar a epopeia de minha viagem ■



Perigos ocultos das medicações contra AZIA

Maj Brig Méd Ricardo Luiz de G. Germano



Pesquisas recentes (2015 e 2016) têm mostrado importantes efeitos colaterais negativos com o uso das medicações à base de *inibidores da bomba de próton (IBP)*.

Dentre estes efeitos negativos citamos: a demência, a diminuição da função renal (aguda ou cronicamente), o aumento do risco cardiovascular e a elevada incidência de pneumonia e diarreia, assim como fraturas.

Os IBPs apareceram no arsenal terapêutico na década de 70, como substituto dos inibidores do receptor H_2 da histamina, para tratamento da úlcera péptica e da azia

(refluxo gastroesofágico). Os IBPs atuam inibindo a produção de ácido pelas células gástricas, elevando o pH do suco gástrico e tornando-o menos agressivo à mucosa do estômago e do esôfago (no caso do refluxo).

A azia ou pirose (nome técnico) é a sensação de ardência ou queimação retroesternal que ocorre quando há refluxo gastroesofágico. Em condições normais, anatômicas, o refluxo não ocorre por conta da ação do esfíncter esofágico inferior que, estando eficaz, o impede. Sendo assim, o refluxo, com a consequente azia, é a decorrência de uma discinesia esofagogastrica.

O estômago é projetado naturalmente para funcionar com um pH ácido, que facilita a ação da enzima proteolítica (pepsina), que é também produzida pela sua mucosa. Ainda como defesa da mucosa gástrica contra o pH ácido e a pepsina, existe a produção de um muco que forma uma camada protetora. Assim, este pH ácido tem alguns efeitos benéficos, impedindo a disbiose (desequilíbrio do microbioma), facilitando a digestão e absorção de nutrientes. Por outro lado, a mucosa esofagiana não tem esta proteção natural e não convive bem com o suco gástrico, no caso de refluxo.

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS EFEITOS COLATERAIS CAUSADOS PELOS IBPs

Em primeiro lugar, os medicamentos inibidores da bomba de próton são os seguintes: omeprazol, pantoprazol, lansoprazol, e outros com a terminação Prazol. Dependendo da molécula, a intensidade e o tipo de efeito colateral podem variar.

EFEITOS COLATERAIS

– Demência

Assim como os IBPs inibem a liberação de ácido no estômago, eles também impedem a liberação de ácido nos lisossomos das micróglias (células do sistema imune que se encontram no encéfalo). Estas células dependem do ácido em seus lisossomos para fazer a limpeza de proteínas não desejadas, que são formadas no metabolismo do encéfalo. Dentre estas proteínas, encontra-se a beta-amiloide, que tem importância na fisiopatologia da demência (principalmente Alzheimer). O desequilíbrio entre produção e limpeza de proteínas indesejadas resultaria em demência. Os pesquisadores caracterizaram que os IBPs não só prejudicam a limpeza destas proteínas, como também estimulam a sua formação. Por outro lado, a diminuição da acidez gástrica prejudica a absorção da vitamina B12, causando mais *déficit* na função cognitiva.

– Disbiose

A queda da acidez na cavidade gástrica facilita o crescimento de microrganismos levando a um desequilíbrio no microbioma desejável (disbiose). Tal desequilíbrio leva a maior incidência de infecções, como pneumonias e diarreias (principalmente em pacientes com imunidade diminuída e aqueles com distúrbios da deglutição e facilidade para broncoaspiração – reflexo de tosse diminuído – sobretudo no ambiente da medicina intensiva com pacientes intubados e sob ventilação mecânica).

– *Lesão renal, aumento de risco cardiovascular e de fraturas*

Os IBPs podem causar injúria ao rim (nefrite intersticial), quer de modo agudo ou crônico, dependendo da intensidade da

agressão. O fato de haver queda de acidez no ambiente gástrico leva a uma dificuldade de absorção de vitamina B12, do cálcio, do magnésio e de outros elementos. A falta de vitamina B12 nos estoques do organismo, além de prejudicar o sistema nervoso e a formação de hemácias, leva a um aumento de homocisteína que, por sua vez, predispõe à aterosclerose e facilita a formação de coágulos, aumentando o risco de doença arterial coronariana e acidente vascular encefálico. Por sua vez, o nível baixo de minerais leva a um roubo dos ossos, como compensação, causando menor densidade óssea e maior risco de fraturas.

Ultimamente o uso dos IBPs tem sido muito intensificado, inclusive de modo preventivo. Tal intensificação de uso trouxe como consequência o aumento da incidência dos efeitos colaterais acima descritos.

MEDIDAS TERAPÊUTICAS ALTERNATIVAS PARA RESTRINGIR O USO DOS IBPs

COMBATE À AZIA

– Restringir o volume das refeições e aumentar o número das mesmas, evitando alimentos que sabidamente lhe causem azia;

– Não fazer a refeição a partir de duas horas antes de dormir (só pouca água);

– Deitar sobre o lado direito (facilita o esvaziamento gástrico, diminuindo o refluxo);

– Diminuir o uso de cafeína, de bebida alcoólica e suspender o fumo;

– Elevar os pés da cabeceira da cama em quatro a cinco centímetros;

– Uso de medicação chamada eucinéptica (normaliza a dinâmica esofagogástrica). Como exemplo destas medicações, temos a bromoprida e a domperidona. Caso as medidas acima não compensem a azia, usar tabletes mastigáveis que contenham carbonato de cálcio, carbonato de magnésio e extrato de alcaçuz (este melhora também a dispepsia (digestão difícil)).

Nos casos de esôfago de Barrett, uma complicação de esofagite de refluxo considerada pré-cancerosa, os IBPs poderão ser usados em associação aos bloqueadores

dos receptores H₂ de histamina (ranitidina e outros). Esse grupo de bloqueadores dos receptores H₂ poderá ser a alternativa também para as azias resistentes às medidas acima, mesmo sem esofagite de Barrett.

COMO PREVENTIVO DE GASTRITE HEMORRÁGICA EM MEDICINA INTENSIVA

O uso profilático tanto de IBPs como de ranitidina tem sido disseminado na medicina intensiva. Como complicação, temos, por conta da elevação do pH, uma colonização importante de bactérias resistentes no estômago dos pacientes, facilitando a pneumonia (refluxo e broncoaspiração), principalmente naqueles com a consciência embotada (reflexo de tosse diminuído) ou sob ventilação mecânica (intubado ou com traqueostomia). A alternativa é manter o paciente alimentado o mais precocemente com sonda (nasogástrica, nasoenteral ou gastrostomia, dependendo do caso), tomando as medidas cabíveis para evitar refluxo e/ou proteger o estômago sem interferir no pH (sucralfato – filme protetor da mucosa gástrica – via sonda).

COMO TRATAMENTO DE ÚLCERA PÉPTICA

Existe a alternativa do grupo da ranitidina. Em usando o IBP, fazer durante o menor tempo possível. Outra arma terapêutica possível é o sucralfato.

COADJUVANTE NO TRATAMENTO DE PANCREATITE AGUDA

A diminuição da secreção ácida do estômago inibe a secreção pancreática. Como alternativa aos IBPs, temos também a ranitidina ou análogos.

Racionalizando o uso dos IBPs, em termos de prioridade e tempo de uso (o menor possível), tendemos a uma equação benefício/risco positiva, com menos efeitos colaterais adversos.

É importante que o leitor entenda a mensagem e evite o uso, sem necessidade, de IBP. Deve ser ressaltado, também, que, não somente os IBPs, como os demais medicamentos citados neste artigo, devem ser usados apenas sob prescrição médica e não por decisão do paciente. Infelizmente não é esta a nossa realidade ■

Frederico José Bérghamo de Andrade

Cel Art Ex

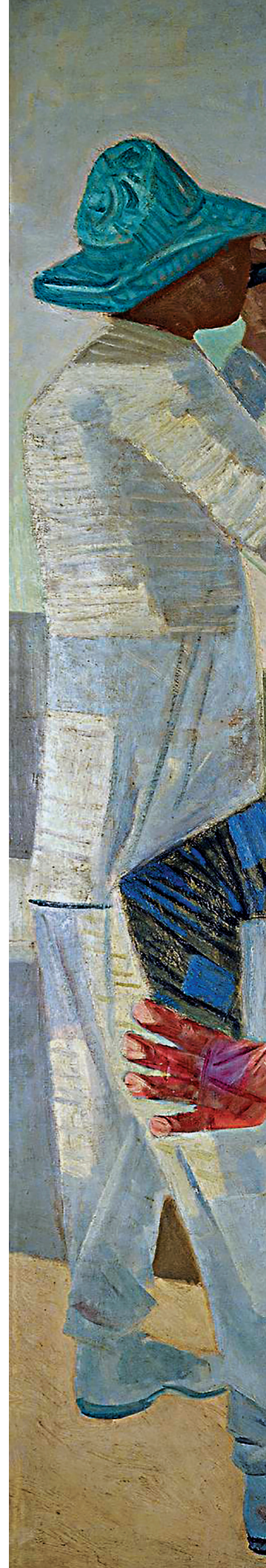
olgaefred@hotmail.com

RECIFE PERTO DE MIM

Não devemos incorrer no equívoco de submeter a visão do carnaval do Recife exclusivamente ao olhar frio do corpo físico, sempre propenso a se prender a um julgamento com base em um rigorismo estético. O carnaval do Recife é para ser contemplado, principalmente, com os olhos da alma, do coração. É quando nos transportamos para um lugar mágico, encantado, divinal, poético, transcendental, repleto de papangús, cavalos marinhos, caboclos de lança, calungas, burrinhas, ursos, bonecos gigantes e mais um sem-número de brasileiríssimas personagens, onde, possivelmente, o Brasil é mais brasileiro e mais afirma a sua rica e diversificada cultura popular. Morada do sonho, da fantasia e da saudade, sua música sempre nos transmite um toque de nostalgia. Mesmo os mais frenéticos frevos de rua, tais como *Último Dia* e *Lágrimas de Folião*, do mestre Levino Ferreira, ou *Melancolia* e *Luzia no Frevo*, de Antônio Sapateiro, parecem sempre refletir um tipo de saudade: a do carnaval que está por terminar; a do Recife, tão bem expressa por Antônio Maria; ou a de velhos carnavais, tão bem manifestada por Edgard Moraes.

Inicialmente criados a partir de corporações profissionais, os clubes de frevo continuam a animar com suas bandas e fanfarras as ruas do Recife. Assim também fazem as tribos dos caboclinhos e os maracatus centenários, como o de D. Santa, que cheguei a conhecer ainda menino, quando ela era rainha do *Maracatú Elefante*. Os blocos líricos trazem o romantismo para as ruas. E que ruas? O cenário desta festa é secularmente o mesmo, as ruas estreitas dos velhos sobrados dos bairros de São José, Santo Antônio, Boa Vista e Recife. Sobrados, por vezes, delgados e de telhados íngremes, à moda de Amsterdã, que guardam os resquícios de uma herança arquitetônica cultural do período holandês. Sobrados, ruas e, até, largos e pátios de igreja se encontram no frevo, oferecendo-lhe um apropriado efeito acústico para a sua música vibrante. São construções que se integram plenamente não só à paisagem humana que as cerca, como, também, às manifestações culturais que se desenvolvem nas suas circunvizinhanças. O grande palco para o frevo une o passado ao presente, fortalecendo a tradição. Conscientes do que representa a fisionomia arquitetônica e urbana do Bairro do Recife para a cultura popular pernambucana, os governos municipais que se sucedem o vêm transformando em um grande pólo cultural.

Referindo-se ao carnaval do Recife, manifesta-se Luís da Câmara Cascudo: *Carnaval de participação coletiva popular na onda humana que se desloca, contorce e vibra na coreografia ao mesmo tempo pessoal e geral do frevo, com a sugestão irresistível de suas marchas frevos pernambucanas insubstituíveis e únicas*. Marchas frevos e, acrescento, personagens a elas ligadas: passistas, poetas e compositores que inspiraram a *saudade Antônio Maria*, compartilhada por todos os pernambucanos que, como eu, vivem longe do Recife. Saudade com a qual termino este artigo: *Que adianta se o Recife está longe e a saudade é tão grande que eu até me embaraço. Parece que eu vejo Walfrido Cebola no passo, Haroldo Fatia, Colaço, Recife está perto de mim!* ■







E SUPERMERCADO DE ESTILOS

Lu Catoira
Jornalista e Publicitária
lucatoira@globo.com

A moda é muito mais do que um jeito de vestir. Ela é um retrato do comportamento, é cultura, é comunicação e acompanha o dia a dia das sociedades capitalistas.

Ao longo da História, a vestimenta passou por todas as formas, volumes e comprimentos. Já foi ditadora, acolheu o jovem como consumidor e acatou a moda de rua como influência nos estilos. Ela virou leitura de comportamentos.

Moda, porém, é consumo e faz parte

da economia, que pesa na produção e nas escolhas individuais estilísticas.

Qual seria a relação entre o comprimento das saias e os preços em épocas de crise? Seria mais razoável esperar que, durante os períodos de recessão, as fábricas produzissem saias mais curtas para reduzir a quantidade de matéria-prima e aumentassem a altura das mesmas em épocas de crescimento. Entretanto as coisas não se passaram assim. As saias, na década de 1920, foram encurtando até a crise de 1929, quando desceram e só voltaram a subir durante o longo ciclo de prosperidade, no final dos anos 1950 e durante os anos 1960, quando surgiram

as minissaias. A saia ficou mais comprida de novo, durante a crise do petróleo nos anos 1970.

Já foi provado em estudos que, nas épocas de crescimento, as mulheres se sentem profissionalmente mais seguras e tendem a preferir as saias mais curtas. Elas costumam adotar uma silhueta esguia, associada a uma mulher profissionalmente competente.

Nos períodos de recessão, elas começam a preferir as saias mais compridas. Como diz o historiador inglês James Laver, em tempos de recessão, a moda tende a evocar segurança.

Como explicar as calças de cintura

alta que estão de volta à moda? O modelo é uma influência dos anos 1980, momento em que a economia começou a apresentar os primeiros sinais de estagnação. As calças voltaram a estar na moda no meio à crise atual.

Da mesma forma, nos anos 1950, os ídolos como Elvis Presley, James Dean e Marlon Brando vestiam as calças jeans de cintura alta e perna de corte reto.

Nos anos 1960, com o crescimento econômico nos Estados Unidos, a modelagem das calças baixou a cintura dos jeans, que se tornaram mais justos e desbotados. Nos anos 1970, quando se iniciou um longo período de estagnação, as calças ganharam cintura alta e foram sucesso nos anos 1980.

A cintura só voltou a baixar a partir dos anos 1990. Resumindo, a cintura tende a baixar nos períodos de expansão econômica e a subir nas épocas de recessão.

Não há estudos específicos sobre os modelos de calças, mas o comprimento

das saias já foi pesquisado nos Estados Unidos. O primeiro grande ensaio sobre o tema foi elaborado por Mary Ann Mabry, da Universidade do Tennessee, referente aos anos de 1921 a 1971. Ela mediu os modelos publicados nas revistas *Vogue* e *Harper's Bazaar* e mostrou que havia uma espantosa correlação entre a altura das saias e as variações da Bolsa de Valores: elas se tornavam mais curtas nos períodos em que a Bolsa subia. O estudo de Ann Mabry teve grande impacto, mas não apontava razões claras aliando os dois fenômenos.

A moda, a partir dos anos 1990, no entanto, não tem um padrão universal de roupas e cada grupo social adota seus modelos. As diferenças de vestuário entre os diversos segmentos sociais são grandes.

Como explica Mara Zimmermann, psicóloga que trabalha com dinâmica de grupos, não existe um padrão universal de roupas, pois cada classe social adota seus modelos. As diferenças de vestuário entre os segmentos sociais são grandes: *Não existe uma moda única. Existe um supermercado de estilos. Você não só tem diferentes modas, mas convive com estilos de várias épocas ao mesmo tempo.* Quem usou, pela primeira vez, essa terminologia *supermercado de estilos* foi o historiador inglês Ted Polhemus, que disse que a moda era como latas de sopa numa prateleira de supermercado.

Assim, cada subconjunto social define um padrão de vestuário por meio do qual ele afirma sua identidade e, ao mesmo tempo, desqualifica as preferências estéticas dos integrantes dos demais grupos. O economista americano Thorstein Veblen (*A Teoria da Classe Ociosa*) explica que no século XIX, as pessoas de classes mais pobres procuravam imitar o estilo das classes mais ricas, mas essa tendência perdeu

força. A moda hoje pode trazer referências da rua para a passarela.

O interesse pela moda jovem surgiu no final dos anos 1950, quando houve uma revolta abalando o comportamento – com os chamados rebeldes sem causa. As crianças e os jovens até então se vestiam como mini-adultos. Esse foi o momento do pós-guerra e da calça jeans – com pernas retas e sem pregas na cintura – que revolucionou o vestir e se tornou um símbolo da juventude. O jeans, antes só usado por jovens, agora domina o mercado mundial.

Esse movimento foi tão importante que a moda jovem ganhou espaço no mercado e hoje vivemos sob o império da juventude. Esse *parecer jovem* tem a construção da imagem como preocupação. A moda, como comportamento atual, tende a buscar ou perpetuar a juventude na medicina, na estética, na beleza, chegando ao vestir – uma agilidade cada vez mais frenética que toma conta do mercado, tudo com preços de época de crise ■



VIAGEM AO RIO DAS

(22 de maio de 1945)



Alberto Murad

Cel Av

No posto de capitão, eu servia na Base Aérea de São Paulo, em Cumbica, e fui escalado para fazer duas viagens do Rio de Janeiro até Rio das Mortes (que posteriormente recebeu o nome de Xavantina), em Mato Grosso. Em ambas, deveria ir e vir entre Barra do Garças e Rio das Mortes, até transportar toda a carga e efetuar toda a movimentação de pessoal que fosse necessário, a critério da Fundação Brasil Central.

O avião era um Noorduyn, monomotor, monoplano de asa alta, equipado com motor Pratt & Whitney de 600HP; sua

velocidade de cruzeiro era da ordem de 220km/h; sua capacidade de carga, para operar com todo o combustível, era de 800kg. Apresentava um inconveniente, a meu ver: carregado, pesado, sua razão de subida era pequena, isto é, tinha dificuldade para ganhar altura.

Viajei para o Rio de Janeiro no dia 21 de maio de 1945, tendo como copiloto o aspirante a oficial aviador Noally Diegues, que não era, ainda, *solo* no Noorduyn. Cumprindo as instruções recebidas, compareci à Fundação Brasil Central e fiquei sabendo que o Governo, interessado em ocupar efetivamente o interior do Brasil, despovoado porque a população brasileira se distribuía ao longo do litoral, designara

o ministro João Alberto Uns de Barros para ativar a chamada *Marcha para o Oeste*. Presidindo a Fundação Brasil Central, o ministro organizara uma Expedição, que partira para o interior do país em meados de 1943. Os componentes dessa Expedição eram homens capacitados a escolher locais com características adequadas e a lançar os fundamentos de futuras povoações. Depois, ofereciam condições atraentes para que famílias ali se fossem instalar. A Expedição se encontrava em Barra do Garças, na confluência do Rio das Garças com o Rio Araguaia, e abrira uma picada rumo ao norte, atingindo o Rio das Mortes, próximo ponto escolhido como futura povoação. Construíra no local uma

MORTES



pista de pouso. A carga do meu avião era material para suprir as duas localidades.

Fui informado de que as cartas de navegação aérea existentes sobre aquela área eram imprecisas, mas que o rumo de Barra do Garças para Rio das Mortes era norte e, a distância, aproximadamente 150km. Além disso, encontrava-se em Barra do Garças um membro da Expedição que era piloto civil, conhecia bem a região e iria conosco, podendo servir de guia em caso de necessidade.

A carga a levar do Rio ainda não estava pronta, ficando a partida para o dia seguinte. Nesse dia, 22 de maio, decolei do Calabouço com carga total. Ao cabo de três horas e vinte minutos, pousei em Uberaba

(Minas Gerais) para reabastecer o avião. Mais três horas e meia de voo e cheguei a Barra do Garças. Ali, houve movimentação de carga e reabastecimento do avião e, quando decolei, tinha tempo suficiente, apenas, para ir até Rio das Mortes e voltar. Depois, seria noite e o voo se tornaria impraticável, principalmente para aterragem, por falta total de balizamento noturno nas pistas de pouso que eu poderia alcançar.

Ao norte da pista de Barra do Garças existe uma serra, que mais tarde soube ser uma ponta da Serra do Taquaral; o Noorduyn não ganhava altura que me permitisse passar por cima dela e tive de seguir em frente até poder contorná-la. Anotei o tempo – nove minutos – gasto na

reta desde a decolagem e tencionava voltar no rumo oposto no mesmo tempo, com a mesma velocidade de subida e depois aproar para o norte. Mal iniciara a volta, porém, o piloto disse ter avistado um trecho da picada aberta pela Expedição e sugeriu que eu, dali mesmo, tomasse o rumo norte. Fiz mais: pedi ao copiloto que lhe cedesse o lugar e deixei-o pilotar o avião. Ele foi reconhecendo sucessivos pontos do solo por onde havia passado: uma clareira aqui, um riacho ali, o sopé de um morro mais adiante. Lá pelas tantas, apontou para um morrote bem à nossa frente e disse:

– Logo atrás daquele morro está o acampamento da Expedição. Eu achava que nos havíamos desviado muito para

a direita, não só pelos nove minutos que voara em reta após a decolagem, como porque um vento relativamente forte nos empurrava vindo da esquerda. Por isso, perguntei:

– E se não estiver?

– Se não estiver, é porque se mudou – foi a resposta.

Quando atingimos o morrote, ali estava o Rio das Mortes, mas não havia acampamento algum. Parafraseando as palavras do piloto, o acampamento *havia se mudado*.

Não seria difícil encontrar a pista, pois bastava seguir o rio para a esquerda. Mas uma consideração me preocupava: se voltasse dali mesmo seria certo chegar ainda de dia a Barra do Garças, cuja localização seria facilitada pela posição atrás da ponta da Serra do Taquaral. Mas se perdesse tempo seguindo o rio, não haveria volta: teríamos de localizar a pista e pousar nela, ou seríamos apanhados pela escuridão da noite e ficaríamos em maus lençóis.

O dilema foi solucionado logo, graças ao chefe local da Expedição, coronel Vanique (não sei se é assim que se escreve o seu nome; é como o pessoal da Expedição o pronunciava). Ele se comunicara pelo rádio com Barra do Garças, soubera da decolagem do avião e, como este estava demorando a aparecer, teve a feliz ideia de acender uma fogueira. Vi a fumaça e não tive a menor dúvida: era o acampamento, em cuja pista pousei, minutos depois.

Para se fazer ideia de quanto havíamos saído da rota, basta dizer que, nas idas e vindas que fiz, a partir do dia seguinte, entre Barra do Garças e Rio das Mortes, o tempo médio foi de cinquenta minutos; e naquele voo inicial gastamos uma hora e vinte e cinco minutos.

O restante das viagens foi tranquilo, salvo no dia 26, quando, encerrada a missão, regressávamos para o Rio de Janeiro: decolei de Rio das Mortes às duas e tanto da tarde, fiz pousos em Barra do Garças e Caiapônia (Goiás) e tencionava pernoitar em Uberlândia (Minas Gerais), onde chegaríamos pouco antes do pôr-



-do-sol. Entretanto a meia hora de voo de Uberlândia sentimos forte cheiro de queimado a bordo. Desliguei a bateria e o gerador e resolvi aterrar no pequeno campo de pouso de Itumbiara (Goiás), na margem do Rio Paranaíba. No solo, ligando a bateria, verificamos que ela estava fervendo e desprendendo fumaça, donde o cheiro de queimado. Um eletricista retirou a bateria e a levou para ver se *dava um jeito nela*. No dia seguinte, pela manhã, a bateria foi recolocada, mas estava descarregada e não dava para virar o motor. O eletricista então arrebanhou algumas baterias de automóvel, ligou-as em série, e conseguimos dar a partida no motor. Daí em diante, tudo foi rotina.

Nesse curto convívio com os membros da Expedição, fiquei impressionado com a tensão existente no acampamento devido à vizinhança com os índios Xavantes, que tinham suas terras na outra margem do Rio das Mortes. Eles não eram aculturados e haviam se mostrado hostis em todas as tentativas de contato feitas até então. O pessoal da Expedição não usava armas, fiel ao preceito do general Rondon, segundo o qual, no relacionamento com os indígenas, se deve *morrer se preciso for, matar, nunca!*. Mas a apreensão era latente, como ilustra a anedota, que ouvi no acampamento, sobre um imaginário diálogo entre o coronel chefe da Expedição e um dos seus homens:

Homem: – Coronel, todos os dias eu tenho de levar, sozinho, a comida para o

pessoal que trabalha na ponta da picada. Tenho receio de ser atacado pelos Xavantes. O senhor não pode me arranjar uma arma?

Coronel: – Arma? Para que arma? Xavante não passa para a margem de cá do rio. Alguém já viu Xavante deste lado? Deixa de ser medroso, rapaz!

Homem: – Está bem, coronel. Mas a ponta da picada é longe e a comida que eu carrego é pesada. O senhor não poderia me ceder um cavalo para fazer esse transporte?

Coronel: – Engraçado! Achas que vou te dar cavalo para os Xavantes roubarem?

No meu Diário, a propósito dos dias que passei em Rio das Mortes, escrevi:

É digna de admiração a valentia dos homens que, sob a chefia do coronel Vanique, enfrentam a vida terrivelmente áspera da região do Rio das Mortes, lançando as bases de cidades que, nesse longínquo sertão, atraindo famílias brasileiras para o centro do nosso país, povoando essa vastidão inculta, onde só existem feras e índios, ferozes também, avessos à civilização e que trazem os expedicionários em permanente sobressalto, sob ameaça de ataques imprevisíveis. Tudo ali é primitivo, é selvagem. A Expedição só consegue cumprir a sua missão graças à coragem desses heróis anônimos.

No local daquele acampamento do Rio das Mortes, o coronel Vanique e seus homens lançaram os fundamentos da atual cidade de Xavantina ■



ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL

SEU SONHO, NOSSA REALIDADE

TORNE-SE UM COMISSÁRIO DE VOO

Além do Curso, incluimos:

- Uniforme
- Material Didático Online
- Crachá
- Tag de Mala (*Flight Crew*)
- Carteirinha de Estudante
- Práticas de Sobrevivência (Selva, Mar, Combate ao incêndio e Primeiros Socorros)
- Transporte para o dia das práticas
- Macacão Identificado para o dia das práticas



SEJA UM PILOTO DE AVIÃO OU HELICÓPTERO

- ✓ Pista particular
- ✓ Única escola do rio que libera voo solo
- ✓ Alojamento de qualidade gratuito
- ✓ Disponibilidade de horários
- ✓ Estacionamento
- ✓ Espaço aéreo sem restrições
- ✓ Instrutores experientes
- ✓ Segurança de voo
- ✓ Eficiência operacional
- ✓ Qualidade de ensino
- ✓ Salas de aula climatizadas e com projetores

Além do Curso, incluimos:

- Uniforme
- Material Didático Online
- Crachá
- Tag de mala (*Flight Crew*)
- Carteirinha de Estudante
- Caderneta Individual de Voo

Venha voar conosco com o menor valor de hora de voo do Rio!

Cessna 150: R\$ 330,00

Cessna 172 – IFR: R\$ 440,00

Seneca I – MLTE-IFR: R\$ 990,00

Simulador FMX: R\$ 130,00

www.mrtopfly.com.br / www.voetopfly.com.br

Endereço: Praça Ana Amélia nº 9, 8º/11º andar

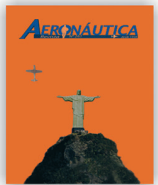
Email: contato@mrtopfly.com.br

 www.facebook.com/mrtopfly

Telefones: (21) 3117-3777

(21) 2532-3182 / (21) 2532-3187

(21) 98032-9497  / (21) 99642-3777 



Acesse a programação
e informações do nosso
Clube de Aeronáutica
www.caer.org.br